



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 123

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PPS.....	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR .....	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB.....	Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 123****SUMÁRIO****Mesa Executiva ..... 02****Presenças ..... 02****Abertura da Sessão ..... 03****Expediente:**

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 11

**Grande Expediente:**

Assoc. dos Abated. e Prod. Agr. .... 17

Orador:

Sr. Alfredo Raefer - Presidente . 17

**Pequeno Expediente:**

Dep. Reni Pereira ..... 21

Dep. Barbosa Neto ..... 22

Dep. Elza Correia ..... 23

Dep. José Domingos Scarpellini .... 24

Dep. André Vargas ..... 25

**Horário das Lideranças:**

Liderança do PMDB:

Dep. Elza Correia ..... 23

Liderança do PT:

Dep. André Vargas ..... 26

Lider. do Bl. Parl. PTB/PL/PMR::

Dep. Jocelito Canto ..... 27

Liderança do PDT:

Dep. Barbosa Neto ..... 29

Liderança do PFL:

Dep. Plauto Miró Guimarães .... 31

Liderança do PSDB:

Dep. Valdir Rossoni ..... 32

Liderança do Governo:

Dep. Ademir Bier ..... 34

Liderança da Oposição:

Dep. Valdir Rossoni ..... 35

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 36

Preferência de Discussão:

1ª Discussão ..... 37

Discussão / Votação:

3ª Discussão ..... 39

2ª Discussão ..... 40

1ª Discussão .....40

Discussão Única (Indicações)....51

Requerimentos .....51

**Encerramento da Sessão Ordinária .....52****Publicações:**

Atas de Comissão

Finanças .....53

**117ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
08 DE NOVEMBRO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e Geraldo Cartário.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni e Waldir Leite (50). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Artagão Júnior e Cleiton Kielse (03); e em viagem representativa o Sr. Deputado Tadeu Veneri (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Requerimentos***

#### **REQUERIMENTO Nº 3465**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER regime de urgência à Mensagem nº 007/2005, Projeto de Lei nº 092/2005, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivo da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, que criou o Fundo Paraná, Iapar, Tecpar, Seti, Fundação Araucária.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### **REQUERIMENTO Nº 3466**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER regime de urgência à Mensagem nº 016/2005, Projeto de Lei nº 233/2005, de autoria do Poder Executivo, que institui o programa de recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na Segurança Pública, mediante prestação de informações precisas e decisivas na elucidação de fatos investigados pela polícia, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### **REQUERIMENTO Nº 3467**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER regime de urgência à Mensagem nº 025/2005, Projeto de Lei nº 343/2005, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivo da Lei nº 12.726, de 26/11/99, a fim de proporcionar condições organizacional e administrativa no sentido de que a Suderhsa exerça funcionalmente as atribuições a ela cometidas pelo Decreto nº 1651, de 04/08/2003 (Sis-

tema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - Suderhsa).

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### **REQUERIMENTO Nº 3468**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER regime de urgência à Mensagem nº 036/2005, Projeto de Lei nº 491/2005, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a proceder por intermédio do Instituto Educacional do Paraná - Fundepar, cessão de uso do imóvel ao município de Paranavaí, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### **REQUERIMENTO Nº 3498**

Senhor Presidente:

Venho, por meio deste, SOLICITAR que o item nº 08 da pauta desta data seja o primeiro a ser discutido e votado.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Elio Rusch e Hermas Brandão.

#### **REQUERIMENTO Nº 3477**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 652/2005, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### **REQUERIMENTO Nº 3490**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 637/2005, de minha autoria, que institui a comemoração do Dia do Seicho No Ie no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### **REQUERIMENTO Nº 3463**

Senhor Presidente:

Na forma do inciso IV, do parágrafo 2º, do artigo 131 do Regimento Interno, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja retirado da pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 08 de novembro de 2005, o Projeto de Lei nº 223/2005, item 08, por dez Sessões, para conversão do mesmo em indicação legislativa, a exemplo do que foi feito com o

Projeto de Lei nº 261/2003, de autoria da signatária, em razão dos fatos e fundamentos adiante descritos:

Em 2003, a Deputada signatária apresentou o Projeto de Lei nº 261/2003, protocolado em 14.05.2003, sob nº 3673, dispondo sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal do Professor, da rede estadual de ensino.

A Comissão de Constituição e Justiça determinou a conversão do Projeto de Lei nº 261/2003 em indicação legislativa.

Cabe salientar que essa indicação já foi respondida pelo Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, com o seguinte conteúdo:

*A Secretaria de Estado da Saúde, em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação, já em fevereiro de 2003 iniciou trabalho com as mesmas características, cuja proposta se enquadra à Indicação Legislativa nº 041.*

*O projeto foi lançado oficialmente em evento do Estado, no Conselho Regional de Medicina, com a presença dos representantes, dos interessados e cerca de quatrocentos professores da rede estadual.*

*A partir daquela data, novas fases do projeto anteriormente planejadas foram e estão sendo implantadas.*

Destaca-se que o projeto original, convertido em indicação, tem redação idêntica à proposta do Deputado Vanhoni. Portanto, o programa já existe e está em funcionamento.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, item 06, por cinco Sessões, do Projeto de Lei nº 96/2004, que modifica a Lei nº 11.911, de 1º de dezembro de 1997.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o artigo 11 da Lei Complementar nº 76/95, de 21/12/95 condiciona para a concessão de novos benefícios, a previsão, em lei, da origem dos recursos ou da simultânea revisão da estrutura tarifária do concessionário ou permissionário, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, necessitamos analisar com maior profundidade o assunto, motivo que nos leva a apresentar este requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 3493

Senhor Presidente:

O Deputado André Vargas, do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 158 do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, a retirada da pauta por uma Sessão, do Projeto de Lei nº 096/2004, de autoria do Deputado

Tadeu Veneri, que modifica a Lei nº 11.911, de 1º de dezembro de 1997, e dá outras providências (transporte gratuito aos portadores de deficiências). Item 06 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 3496

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que a este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a alteração da autoria do Projeto de Lei nº 233/2005, passando o mesmo ser de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni e da Deputada Cida Borghetti.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 3500

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a alteração da autoria do Projeto de Lei nº 223/2005, passando o mesmo a ser de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, e das Deputadas Cida Borghetti e Elza Correia.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 3499

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos no artigo nº 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 09/11/2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação do Projeto de Lei nº 670/2005, que autoriza o Poder Executivo a constituir consórcio com a Central Elétrica S.A. Eletrosul, em empreendimentos de geração de energia elétrica localizado no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoioamento:

Duílio Genari, Francisco Bühner, Ângelo Vanhoni, Delegado Bradock, Elton Carlos Welter, Nelson Garcia, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Mauro Moraes, Ratinho Júnior, Antonio Anibelli, Luiz Fernandes da Silva Litro, Carlos Simões, Alexandre Curi, Luiz Nishimori, Geraldo Cartário, Ademir Bier e Luiz Accorsi.

#### REQUERIMENTO Nº 3495

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER a aprovação dos Parlamentares para uso deste Plenário na data de 09 de dezembro, às 18h30, para a cerimônia de premiação Ney Braga de Participação Comunitária.

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 3462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se do país entre os dias 18 a 30 de novembro de 2005, em viagem à França, Espanha e Portugal, acompanhando comitiva do Prefeito Municipal de Curitiba, na assinatura do Termo de Cooperação de Patrimônio Histórico e Planejamento Urbano, em Lisboa, e também, participar da conferência e encontro geral anual da Eurocities, em Lyon.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 3481

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada sua participação, como representante deste Poder Legislativo, no encontro com 26 prefeitos, promovido pela Prefeitura da cidade de Ibaiti, no dia 9 do mês de novembro do corrente ano, onde será discutida a viabilização do hospital do Norte Pioneiro.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O encontro de 26 prefeitos do Norte, tem como objetivo a viabilização do hospital do Norte Pioneiro.

#### REQUERIMENTO Nº 3482

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada sua participação, no Encontro Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, dia 8 de novembro do corrente ano, às 15 horas, no auditório do Instituto, à Rua José Loureiro, nº 43, onde participarei com conferencista, discorrendo sobre a Formação Cultural do Paraná, a convite do Dr. Raymundo Negrão, responsável pelo Departamento Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO Nº 3458

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar

pelo falecimento do Sr. Isidoro Pegoraro, ocorrido nesta data, na cidade de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Narcisa Martim Massocco Pegoraro, enviando correspondência à Rodovia BR-277, Km 523, CEP 85400-000, Guaraniaçu/PR.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os momentos marcam cada existência. Existe o momento da chegada e o momento da partida. Porém, entre os dois momentos, acontece toda uma existência.

A chegada sempre é revestida de muita expectativa, de muita satisfação, inclusive com lágrimas de alegria misturadas aos sorrisos. Lágrimas que também estão presentes na hora da despedida.

Entre uma lágrima e outra surgem todas as lembranças, reaparecem todos os bons momentos compartilhados que, na verdade, é o que deve prevalecer cada vez que a saudade apertar os corações daqueles que sofrem com a despedida que é certa, porém inevitável.

“Seo” Isidoro, que dedicou toda a sua vida ao trabalho sério e honesto, que pautou a sua conduta na honradez e no caráter, deixou o nosso convívio. Uma dor que mesmo à distância sentimos e nos solidarizamos com a família e com todos os seus amigos verdadeiros.

Seu jeito simples de ser e de viver, deixou um legado de vida. Uma história construída com o suor de quem sabe que a labuta dignifica o seu executor. Uma história pautada na palavra sincera, no abraço caloroso e no olhar repleto de carinho.

Dentro da nossa fé cristã, ocorreu apenas a partida momentânea. Fica a certeza do reencontro. E ainda, dentro da mesma fé, temos a convicção que “Seo” Isidoro já está ao lado de Deus.

E com o mesmo amor que Deus recebeu “seo” Isidoro, Ele console e ilumine a todos que estão sofrendo neste momento. As palavras e os gestos de carinho dos amigos, juntamente com a fé, é que nos permitem erguer a cabeça, enxugar as lágrimas e fazer com que a vida tenha a sua continuidade por aqui.

Porque, para “seo” Isidoro, o que realmente interessa, é que as pessoas que ele tanto amou, continuem, com toda intensidade, desfrutando a felicidade da vida.

Meus sinceros sentimentos pela irreparável perda.

#### REQUERIMENTO Nº 3487

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Irumoara Hilgemberg Prestes Mattar, conhecido agropecuarista pontagrossense, ocorrido em acidente aéreo na manhã de sábado, 05/11.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua

Generoso Marques dos Santos, 354 - Centro - CEP 84010-500 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(aa) JOCELITO CANTO  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 3488

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Marcelo Barbur, engenheiro civil, conhecido empresário de Ponta Grossa, ex-Secretário de Planejamento do Município e atual Diretor da FIEP, ocorrido em acidente aéreo na manhã de sábado, 05/11.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Augusto Ribas, 444 Apartamento 01 - Centro - CEP 84010-000 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(aa) JOCELITO CANTO  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 3452

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, do registro de votos de congratulações ao Dom Francisco Carlos Bach, Bispo da Diocese e ao Pe. Elio Bamberg, ambos da cidade de Toledo, bem como a todos os integrantes da equipe de trabalho religioso.

Tais votos são pelo triste acontecimento do dia 04.11.2005 - incêndio no Salão Paroquial e no Centro Social da Catedral Cristo Rei, de Toledo-PR.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência aos interessados - Dom Francisco Carlos Bach e ao Pe. Elio Bamberg - Toledo - Paraná - Rua General Rondon nº 2006, C.P. 220, CEP 85.900-970.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 3453

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, do registro de votos de congratulações e aplausos ao Dom Alfredo Novak, Bispo da Diocese de Paranaguá e a toda sua equipe de trabalho religioso.

Tais votos são pela realização da 02ª Romaria Marítima, que ocorrerá nos dias 05 a 20 de novembro/2005.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao interessado - Dom Alfredo Novak - Para-

naguá - Paraná, Rua Conselheiro Sinimbu, nº 498, C.P. 531, CEP 83.203-030.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 3461

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos anais desta Casa de Leis, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães - Cesmagem, sito à Avenida Cândido Hartmann, 1650 - bairro Mercês, nesta capital, pela comemoração dos cem anos de atividades - jubileu de ouro - que ocorrerá no dia 05 de novembro do corrente.

Em meados de 1905, localizada então no bairro São Nicolau, hoje Mercês, foi fundada a primeira escola, em um terreno de propriedade do Sr. Nicolau Pinto, comerciante e primeiro morador da localidade. Mais tarde foi construída nova escola em um terreno adquirido junto à professora Celmira Busse, sendo chamada de Escola Isolada e mais tarde de Casa Escolar São Nicolau, inicialmente funcionando somente com quatro salas de aula.

Em 10.09.1958, em decorrência do aumento da população, no Governo do Sr. Moysés Lupion, iniciou-se a criação do Grupo Escolar São Nicolau, sendo concluído no ano de 1962, no Governo do Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, contando com 550 alunos matriculados e quarenta professores. Essa escola funcionou até o ano de 1967, com apenas quatro séries, quando em 01.12.1969 foi ampliada, já no Governo do Sr. Paulo Pimentel.

Com o crescimento da escola ocorreu a inclusão da 5ª a 8ª séries e em 17.12.1969 foi criado o Ginásio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães.

Nos anos de 1973 até o ano de 1999 eram oferecidos os Cursos Técnicos de Contabilidade e Administração, atendendo alunos moradores nos bairros de Curitiba e dos Municípios vizinhos como Campo Largo e Almirante Tamandaré. Em 23.12.1981, passou a denominar-se Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães - Ensino de 1º e 2º graus, integrando todas as séries de 1º e 2º graus, educação geral e cursos técnicos.

A estrutura física do colégio foi se ampliando a cada ano, e com a ajuda dos alunos e comunidade, bem como com o esforço do corpo administrativo, o prédio passou por inúmeras reformas e melhorias.

No final do ano de 1998 a área do terreno, que era de 5.000m passou para 9.500m, o que possibilitou a construção de um anexo para abrigar um laboratório de informática, uma sala de musculação e também um ginásio de esportes. O Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães sempre procurou oferecer aos seus alunos um ensino baseado nos princípios de igualdade de condições, liberdade de aprendizagem, pesquisas, divulgação da cultura, do saber científico, do pensamento e da

arte, pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, gratuidade do ensino, valorização do profissional da educação escolar, gestão democrática e colegiada. A busca incansável da garantia de padrão da qualidade do ensino e a valorização da experiência extra-escolar sempre nortearam e constituíram os princípios básicos desse colégio, na procura da efetiva vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas escolares.

Muitos alunos passaram por esse colégio, o qual, atualmente conta com aproximadamente mil alunos matriculados, atendendo de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e de 1ª a 3ª séries do Ensino Médio, distribuídos em três turnos: manhã, tarde e noite. O corpo docente é formado de 82 professores e o quadro administrativo de 21 funcionários.

Em tempos tão difíceis, quando a educação passou e ainda enfrenta tantas transformações, esse colégio soube, com seriedade e competência, cumprir seu papel na comunidade, transmitindo conhecimentos e buscando formar cidadãos que lutem pelos seus direitos e por uma melhor qualidade de vida.

Muito nos orgulha e tranqüiliza a existência de estabelecimentos como o Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães que, durante cem anos ininterruptos de atividades educacionais, vem contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

Sentimo-nos orgulhosos de prestar essa homenagem ao Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães, extensiva ao atual Diretor-Geral, Professor Rogério Bufrem Riva, à Vice-Diretora, Professora Regina Carvalho Teixeira Santos, corpo docente e discente, funcionários e a todos que, desde a sua fundação, contribuíram para o desenvolvimento das atividades educacionais desse estabelecimento de ensino até os dias de hoje.

Através deste voto de louvor, que se faz meritório, registramos nossos melhores cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, augurando-lhes votos de muitas realizações e sucesso!

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3478

Senhor Presidente:

O Deputado, que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção de votos de congratulações à judoca maringaense Camila Helena Murakami, pela conquista do bi-campeonato brasileiro da categoria Sênior. Camila tem apenas dezenove anos e enfrentou atletas renomadas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, trazendo para Maringá e para o Estado do Paraná um título inédito na categoria.

Além disso, Camila passa a se constituir em uma das nossas principais judocas, preparando-se para os próximos Jogos Panamericanos de 2007, que serão disputados no Rio de Janeiro.

Que esses cumprimentos sejam extensivos à família, técnico e demais pessoas envolvidas no treinamento da referida atleta.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3479

Senhor Presidente:

O Deputado, que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção de votos de congratulações à Associação Cultural e Esportiva de Maringá - Acema, pelo sucesso alcançado no POP JAM, levado a efeito no último dia 5 deste mês. Promovido pelo Departamento de Canto e pelos jovens da Acema, o show apresentou os últimos sucessos da música japonesa.

Que os cumprimentos sejam extensivos à diretoria da Acema, que muito tem incentivado a cultura, a arte e a música japonesa.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 3480

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro dos Anais desta Casa, de votos de congratulações ao município de Iguatu, na pessoa do Exmo. Sr. Prefeito, Martinho Lucas de Godoy, pelos 14 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

No dia 10 de novembro do corrente, o município de Iguatu comemora quatorze anos de emancipação política e através do trabalho do Exmo. Prefeito, Martinho Lucas de Godoy e sua equipe, que assumiu na data de 01 de janeiro desse ano, vem buscando levar benefícios essenciais em prol daquela comunidade, merecendo a sua população e os membros daquele governo os nossos cumprimentos por essa data comemorativa.

#### REQUERIMENTO Nº 3491

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de congratulações, ao Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, por transferir todas as contas da administração pública estadual para o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) ELZA CORREIA

Apoiamento:

Reni Pereira, Nereu Moura, Natálio Stica, Elton Carlos Welter, Neivo Beraldin, Alexandre Curi, Delegado Bradock e Mauro Moraes.

# REQUERIMENTO Nº 3474

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor ao Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, em vista de seus cinquenta anos de atividades e contribuições ao estado brasileiro e a seu povo. Que seja, ainda, expedido ofício com o teor dessas congratulações.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Faz cinquenta anos que o Brasil pode contar com um instituto de pesquisa com compromisso social, ético e voltado para os interesses da classe operária, os trabalhadores brasileiros. Faz cinquenta anos que os sindicatos criaram um departamento intersindical, ou seja, envolvendo diversos sindicatos, voltado para a pesquisa e o estudo sobre mercado de trabalho, sobre o emprego e o trabalho no Brasil. Esse Departamento, conhecido como Dieese, fez e continua fazendo história.

O Dieese é um dos principais institutos do País na área da pesquisa do mercado de trabalho, das relações de emprego e desemprego, se não for o mais importante.

Assim nada mais justo que um voto de louvor, uma congratulação mínima, diante da importância do Dieese.

# REQUERIMENTO Nº 3476

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor ao Colégio Estadual Cecília Meirelles de Curitiba - PR, pela realização da Semana de Educação Ambiental promovida entre os dias 7 e 11 de novembro. Que seja, ainda, expedido ofício com o teor dessas congratulações.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Envolvendo a comunidade escolar, seus alunos, pais e mestres, a Direção do Colégio Estadual Cecília Meirelles em Curitiba - PR, realiza nesta semana, entre os dias 07 e 11 de novembro um evento denominado Semana da Educação Ambiental, promovendo a conscientização de pais, alunos, mestres e de toda a comunidade de um tema importante e fundamental para todo cidadão.

O engajamento das escolas estaduais nas comunidades, legítima e promove o fortalecimento do ensino, na concepção de que educar significa construir cidadania. E este é o trabalho desenvolvido por este Colégio. Assim nada mais justo que congratular com esses votos de louvor, a direção do Colégio, pelo brilhante trabalho realizado. Que a diretora professora Natália receba estes votos

de louvor como um incentivo para continuar seu trabalho à frente do Colégio Estadual Cecília Meirelles.

# REQUERIMENTO Nº 3470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Marcos Holzmann.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

# REQUERIMENTO Nº 3473

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Djalma Teixeira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

# REQUERIMENTO Nº 3483

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Manguinhos pelo transcurso, no próximo dia 21 de novembro/05, de seus 59 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Manoel Aparecido de Almeida, bem como a todos os Vereadores para que, em, nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Manguinhos.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É da mais alta significação para todos nós, especialmente para a ordeira e trabalhadora população do município de Manguinhos.

Na seqüência dos anos tivemos a oportunidade de constatar pessoalmente a luta de todos os administradores, igualmente da população, pelo engrandecimento do



Município, para que continuasse sendo muito melhor que ontem e muito melhor para amanhã, por isso, é muito bom lembrar o poeta que disse:

*“Trabalhai porque a vida é pequena e não há para o tempo demora;*

*Não gasteis os minutos sem pena,*

*Não façais pouco caso das horas”.*

Agora os atuais administradores do Município terão oportunidade de refletir sobre os percalços e dificuldades. Não há dificuldades impostas pelo impoderável da vida, mas, muitas vezes como fator da ciência e do trabalho para toda a comunidade.

Os problemas são o ponto que unem a todos os paranaenses residentes no município de Manguueirinha. Legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso, principalmente todos os funcionários municipais pois toda a estrutura e o desenvolvimento inicia-se na base.

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. E o espírito consagrado pela labuta diária precisa de distrações que atuarão como desintoxicantes e lenitivo ao organismo exausto. É exatamente isto, que o Prefeito Miguel Aguiar está realizando.

Neste século de velocidade seria na realidade um anacrônico, o administrador que cuidasse constantemente do Município como o atual administrador.

Em 20 de janeiro de 1887, um Ato Provincial dá ao lugar a condição de Distrito Policial e Judiciário, pertencendo ao município de Palmas, com a denominação de Conceição do Rosário. Com o fim do tropeirismo, a atividade comercial principal do lugar passou a ser a extração da erva-mate, alternada com a criação de suínos, no sistema de safras.

Portanto, toda a população de Manguueirinha, merece nosso respeito e admiração, nesta data tão significativa do transcurso de seus 59 anos de emancipação política.

Nesta significativa data, 21/10/2005, toda população é digna do nosso reconhecimento e admiração, na certeza de que continuará dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza de seu município.

Manguueirinha é um município que não é meu e nem seu; é de todos os que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos que deram parte da vida em favor desta terra e de sua gente. São também um incentivo a todos os que igualmente se sacrificam, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

Externamos nosso sentimento de gratidão e reconhecimento aos administradores de todos os tempos pela incansável luta por melhores condições de vida aos seus munícipes, augurando sucesso na longa caminhada para um futuro melhor.

Compartilhando da alegria de toda a população dessa hospitaleira cidade de Manguueirinha, que é terra de todos também, a qual se transformou em pólo da região

do Sudoeste do Estado, sentimo-nos orgulhosos em parabenizar a todos, formulando votos de completo êxito nas realizações de grande importância para o Município e região.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens devidas à população de Manguueirinha na significativa data da comemoração de seu 59º aniversário de emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 3484

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de General Carneiro, pelo transcurso de seus 44 anos de emancipação política, dia 19 de novembro próximo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Joares Vicente Martins Ferreira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Olcimar Benazzi, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em, nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 19 de novembro, o município de General Carneiro estará comemorando o seu 44º aniversário de emancipação política, e é com muita satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento significativo.

A certeza de dias melhores aliados a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação, com o respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará em realidade.

É possível sentir e viver hoje a transformação de General Carneiro, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com o apoio e a participação do seu povo, exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se às homenagens que serão prestadas ao município de General Carneiro na significativa data de mais um aniversário de sua emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 3485

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município

de Janiópolis, pelo transcurso de seus 43 anos de emancipação política, no próximo dia 18 de novembro/2005

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Jair Januário Detofol, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Sidney Aparecido Vieira Lopes, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data de 18 de novembro/05 o município de Janiópolis estará comemorando, jubilosamente, mais um aniversário de sua emancipação política.

Pela Lei Estadual nº 4.450, no dia 20 de outubro de 1961, sua denominação foi alterada para Janiópolis, numa homenagem ao então Presidente da República, Jânio da Silva Quadros.

A instalação oficial deu-se no dia 18 de novembro de 1962 e o primeiro Prefeito Municipal foi o Sr. Oscar de Paula Ferreira.

Toda a população, com alegria, irá comemorar festivamente a magna data, pois temos certeza, a população anseia por melhores dias, razão pela qual vem prestando sua colaboração através de um eficiente trabalho, visando o desenvolvimento cada vez mais acentuado do Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a toda a população de Janiópolis o reconhecimento e admiração por acreditarem num futuro próspero para o Município.

#### REQUERIMENTO Nº 3486

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Agudos do Sul, pela passagem de seus 44 anos de emancipação política, no próximo dia 18 de novembro/2005.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Pires de Oliveira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José Nelson Bimbatti, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Agudos do Sul, estará, no próximo dia 18 de novembro, comemorando com grande júbilo os 44 anos de emancipação política do seu município.

Cumprimentamos efusivamente seu povo honesto e trabalhador, que continua, ao longo desses anos, colaborando para o constante progresso do Município.

Homenageamos também com esta proposição seus administradores de todos os tempos, que sempre acreditaram e acreditam, como nós, que é somente através do trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se orgulhoso em transmitir a toda a população de Agudos do Sul, com este voto, toda admiração e respeito, pela colaboração que vem prestando ao longo desses anos, para o completo desenvolvimento do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 3464

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER, moção de apoio à criação de Arquidiocese da Igreja Católica de Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 3472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências, diante do exposto pela Câmara Municipal de Goioerê.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, solicitando que o mesmo informe o número aproximado de postos ocupacionais de trabalho, voltados para a geração de renda, no Estado do Paraná, gerados a partir do ano de 2003 até o presente momento, e se há estimativa de nova geração de postos para o próximo ano.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja enviado expediente ao Governo do Estado, solicitando a divisão equitativa entre a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, das contas bancárias, aplicações financeiras e contas salário do Governo, bem como autarquias e empresas públicas.

Considerando que essas instituições são os legítimos bancos públicos federais, configurando-se ainda a Caixa Econômica Federal como o banco da habitação

popular e do saneamento e o Banco do Brasil, como o banco do crédito agrícola e dos pequenos agricultores, peço a meus Pares apoio para esta proposta.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 3497

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido correspondência ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, Exmo. Sr. Deputado João Evangelista, e ao Secretário da Segurança Pública do Maranhão, Exmo. Sr. Raimundo Soares Cutrim, externando o repúdio ao ato de libertação do padre Félix Barbosa, preso em flagrante em um motel, na companhia de quatro garotos, dos quais dois com quatorze e dezessete anos.

Cabe salientar que há dois anos o referido padre já foi denunciado pelo Ministério Público por abuso sexual de menores, mas teve o caso arquivado por falta de provas.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 688/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Os trens que transitam pelas vias férreas do Estado do Paraná deverão utilizar-se de sinalização de material retrorrefletido nas laterais da composição, de forma a garantir a visibilidade noturna em condições adversas.

Art. 2º A sinalização retrorrefletiva deverá ser realizada de forma permanente nas laterais das composições, nas cores amarela, vermelha ou branca, cobrindo extensão mínima de 1/3 (um terço) da área da composição.

§ 1º A sinalização pode representar o logotipo da empresa proprietária do veículo, ou qualquer outro desenho ou sinal, desde que respeitadas as dimensões definidas no *caput*.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor em 90 dias a contar de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) JOCELITO CANTO

#### JUSTIFICATIVA:

Uma sinalização eficiente nos veículos contribui de forma significativa para a redução de acidentes, principalmente à noite e em condições adversas.

Os caminhões já possuem determinação para fixação de faixas retrorrefletoras, de acordo com a Resolução

nº 128 do Contran, o que tem contribuído para a diminuição de acidentes nas rodovias.

Os acidentes com trens ocorrem muitas vezes em interseção com as rodovias na área rural onde é precária a sinalização.

Assim o uso de faixas, adesivos, pintura, desenhos retrorrefletores contribuirão para a diminuição de acidentes.

O Estado possui competência para legislar em assuntos de seu interesse, no caso as vias de trânsito de seu território. Por outro lado, o artigo 24 da Lei Federal nº 9.503/97, autoriza o Estado a contribuir para a aplicação das normas de segurança no trânsito.

#### PROJETO DE LEI Nº 689/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Os débitos junto à Receita Estadual, com vencimento até 31 de outubro de 2005, poderão ser parcelados em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos débitos constituídos ou não, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável.

§ 3º O débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido pelo número de prestações, sendo que o montante de cada parcela mensal não poderá ser inferior a:

I - um inteiro por cento da receita bruta auferida, pela pessoa jurídica, no mês imediatamente anterior ao do vencimento da parcela, exceto em relação aos optantes pelo Sistema Simplificado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples, e empresas de pequeno porte.

II - cinquenta reais, no caso de pessoas físicas.

§ 4º Relativamente às pessoas jurídicas optantes pelo Simples e às microempresas e empresas de pequeno porte, não haverá prazo máximo para pagamento e o valor da parcela mínima mensal corresponderá a:

I - cem reais, se enquadrada na condição de microempresa;

II - duzentos reais, se enquadrada na condição de empresa de pequeno porte.

§ 5º O valor de cada uma das parcelas, será acrescido de juros de 1% ao mês, bem como correção monetária na forma da lei.

Art. 2º Não será concedido o parcelamento de que trata o artigo 1º, na hipótese de existência de parcelamentos concedidos sob outras modalidades, admitida a trans-

ferência dos saldos remanescentes para a modalidade prevista nesta lei, mediante requerimento do sujeito passivo.

Art. 3º O parcelamento a que se refere o artigo 1º:

I - poderá ser requerido, inclusive na hipótese de transferência de que trata o artigo 3º, até o último dia útil do segundo mês subsequente ao da publicação desta lei, perante a unidade da Secretaria da Receita Estadual;

II - pode resultar do pagamento da 1ª parcela no caso de envio pela Receita Estadual de documento de arrecadação, com pagamento pela via bancária;

III - somente alcançará débitos que se encontrarem com exigibilidade suspensa, no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e ações judiciais, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar.

IV - independerá da apresentação de garantia ou de arrolamento de bens.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III, o valor da verba de sucumbência será de 1% do valor do débito consolidado decorrente da desistência da respectiva ação judicial.

Art. 4º Os depósitos existentes, vinculados aos débitos a serem parcelados, serão automaticamente convertidos em renda do Estado do Paraná, conforme o caso, concedendo-se o parcelamento sobre o saldo remanescente.

Art. 5º O sujeito passivo será excluído dos parcelamentos a que se refere esta lei na hipótese de inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer tributo, inclusive os com vencimento após outubro de 2005.

Art. 6º A Receita Estadual expedirá, no âmbito de sua respectiva competência, os atos necessários à execução desta lei.

Art. 7º Ao sujeito passivo que, optando por parcelamento a que se refere a presente lei, dele for excluído, será vedada a concessão e qualquer outra modalidade de parcelamento até 31 de dezembro de 2007.

Art. 8º A exclusão do sujeito passivo do parcelamento a que se refere esta lei, independerá de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 9º A Receita Estadual deverá, dentro de suas possibilidades, agilizar o acesso dos contribuintes ao par-

celamento, podendo, para tanto expedir documentos de arrecadação com cobrança em toda a rede bancária para os contribuintes elencados no inciso II do parágrafo 3º, e os descritos no parágrafo 4º, do artigo 1º.

§ 1º Os documentos expedidos poderão ser enviados por via postal aos contribuintes, com data de pagamento fixada para o último dia de adesão ao parcelamento e informando, a totalidade da dívida e a possibilidade de adesão ao parcelamento mediante pagamento da 1ª parcela.

§ 2º Comprovado o recebimento da 1ª parcela, o órgão arrecadador efetuará a expedição das demais parcelas enviando-as para pagamento.

Art. 10. O Estado do paraná fica autorizado a realizar convênio com institui es financeiras autorizadas para agilizar os procedimentos de cobrança dos referidos parcelamentos, na forma do artigo anterior.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

É de todos sabido o elevado montante da d vida ativa do Estado do Paraná. Também é sabido que os custos e dificuldades da cobrança judicial não colaboram para a diminuição deste montante, pelo contrário, corroboram com o seu crescimento uma vez que   preferível discutir por longos anos, judicialmente o débito, do que efetuar o pagamento. Por outro lado, diversas são as empresas que, executadas, não se encontram mais atuando, restando frustrada a execução, elevando ainda os custos do Estado na busca pelos recursos.

O presente projeto, não pretende reduzir os débitos, nem conceder anistia. Pelo contrário, representa um meio viável para aumento da arrecadação, na medida em que coloca valores acessíveis a todos os contribuintes inscritos em d vida ativa para procederem ao pagamento. Impõe ainda, como exigência para manutenção, a pontualidade no pagamento dos tributos vincendos, o que implicará em diminuição da inadimplência.

O fato de as pessoas físicas (no caso de multas) microempresas e empresas de pequeno porte possuírem valores fixos para pagamento, representa apenas extensão do tratamento privilegiado determinado pela lei.

Não há prejuízo para a Receita, vez que receberá o valor integral da d vida, todavia de forma parcelada. O parcelamento, ao invés de representar redução na arrecadação, representar , por certo, aumento, uma vez que atrair  o universo de inadimplentes, além de determinar a pontualidade na arrecadação futura.

Assim, o presente projeto não representa renúncia de receita, não ferindo disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro ponto a ressaltar diz respeito   facilitação para adesão e pagamento. Diversas pessoas desconhecem

muitas vezes a inscrição do débito, e em razão disso não realizam o pagamento. Outras vezes o montante inscrito não autoriza a execução judicial, em face de seu montante. Se a Receita Estadual expedir documentos de arrecadação (boletos), onde conste a origem do débito, a norma autorizadora do parcelamento e suas condições, informando que, com o pagamento da 1ª parcela e sua remessa à Receita Estadual se terá a adesão, e, passar a enviar as cobranças mensalmente, por certo elevar-se-á o número de contribuintes aderentes e o aumento da arrecadação, sem necessidade de recorrer ao Judiciário para a cobrança.

PROJETO DE LEI Nº 690/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e funcionários da Escola Municipal Porto dos Santos, com sede e foro em Ubatã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Porto dos Santos, localizada na Avenida Stelio Loureiro, nº 290, Distrito de Yolanda, município de Ubatã, é um órgão de representação dos pais, mestres e funcionários do estabelecimento de ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerado os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado e tem como objetivos:

- Prestar assistência aos educandos, professores e funcionários assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino
- Buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade.
- Promover entrosamento entre pais, alunos, professores, funcionários e toda a comunidade, através de atividades sócio-educativas, culturais e desportivas.

PROJETO DE LEI Nº 691/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e funcionários da Escola Municipal João Bertoldi - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro em Ubatã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APM) - da Escola Municipal João Bertoldi, localizada na Estrada João Medeiros, s/n, município de Ubatã, é um órgão de representação dos pais e mestres do estabelecimento de ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerado os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado e tem como objetivos:

- prestar assistência aos educandos, professores e funcionários assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade;
- promover entrosamento entre pais, alunos, professores, funcionários e toda a comunidade, através de atividades sócio-educativas, culturais e desportivas.

PROJETO DE LEI Nº 692/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar, no âmbito do Departamento da Polícia Civil, subordinado ao Delegado Geral, o Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes.

Art. 2º Fica atribuído ao Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes, a competência para a operacionalização das atividades inerentes à polícia judiciária na investigação, prevenção e repressão dos ilícitos penais praticados por adultos (maiores de dezoito anos) contra crianças e adolescentes, previstos no Código Penal Brasileiro em seus artigos 129 e seu parágrafo 9º, 133, 134, 136, 213, 214, 215, 216, 216-A, 218, 233, 244, 245, 246, 247, na Lei das Contravenções Penais (Decreto Lei 3.688/41) em seu artigo 61, no Estatuto da Criança e do Adolescente em seus artigos 232, 240, 241, 242, 243, 244-A e na Lei de Tortura (Lei nº 9.455/97).

Parágrafo Único. Havendo concurso dos crimes previstos neste artigo com os crimes contra a vida ou patrimônio ou com atos infracionais praticados por adolescentes, a competência será do Distrito Policial da área, ou da Delegacia Especializada.

Art. 3º Compete também ao Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crianças as providências seguintes:

I - a conscientização da sociedade sobre os crimes praticados contra as crianças e os adolescentes, instigando-a, desta forma, a auxiliar nos trabalhos realizados pelo Nucria;

II - a participação nas campanhas de combate aos crimes contra crianças e adolescentes;

III - a coordenação e a participação na Operação Criança Segura no Litoral, que consiste em ações de prevenção e repressão a crimes cometidos contra crianças e adolescentes que será obrigatoriamente realizada todo final de ano, em período coincidente com a Operação Geral de Segurança Pública, no litoral paranaense;

IV - estabelecer o intercâmbio com as demais unidades policiais civis, orientando-as sobre as maneiras de atuar nos crimes em que são vítimas crianças ou adolescentes e, quando necessário, efetuar apoio operacional, mediante designação especial do Delegado Geral;

V - estabelecer o intercâmbio com o Poder Judiciário, com o Ministério Público estadual e federal e com os Conselhos Tutelares, visando a realização de trabalhos em conjunto;

VI - fiscalizar boates, bares, hotéis, escolas, agências de turismo, postos de combustíveis, agências de modelo e demais locais onde é freqüente o aliciamento de crianças e adolescentes e sua exploração;

VII - a criação de um centro de estudos de violência praticada contra criança e adolescente, que subsidiará encontros, palestras, reuniões e eventos afins, trabalhando preventivamente como forma de minimizar o índice de crimes sexuais praticados contra a criança e o adolescente.

Parágrafo Único. As atribuições do Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes e suas ações serão desenvolvidas sem prejuízo das responsabilidades conferidas a outras unidades policiais, em regime de mútua colaboração e assistência, inclusive em parceria com órgãos municipais, estaduais e federais, mediante a assinatura de convênios.

Art. 4º Cabe ao Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes oferecer atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes vitimados, bem como às famílias dos mesmos, na área de sua competência.

Art. 5º Integração a estrutura organizacional do Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes, servidores policiais civis, constituindo o quadro mínimo de 03 (três) Delegados de Polícia (Titular, Adjunto e Operacional), 05 (cinco) Escrivães de Polícia e 25 (vinte e cinco) Investigadores de Polícia.

Art. 6º A estrutura organizacional do Nucria será integrada por equipe multidisciplinar composta por, no mínimo, 02 (dois) profissionais de psicologia, 01 (um) profissional de psiquiatria, 01 (um) profissional de ser-

viço social, 01 (um) profissional de informática, 01 (um) profissional de educação física (recreação) e 02 (dois) auxiliares administrativos.

Parágrafo Único. Ficam criados, no Departamento da Polícia Civil, 08 (oito) cargos em comissão, exclusivos do Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes, que serão preenchidos por membros da equipe multidisciplinar de que trata este artigo.

Art. 7º A Secretaria de Estado da Segurança Pública proporcionará os recursos materiais necessários e o local para o funcionamento do Nucria - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes, em Curitiba e nas cidades-pólo do Estado.

Parágrafo Único. Sem prejuízo dos recursos mencionados acima, será destinado ao Nucria verba mensal de 10 (dez) salários mínimos, para o desenvolvimento de palestras preventivas, atividades de investigação, capacitação da equipe, impressão de material informativo e de prevenção, aquisição de livros e materiais didáticos que abordem temas envolvendo a área de atuação do Nucria.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) de 1990, passou a vigorar no Brasil a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente, reconhecidos os seus direitos como especiais e específicos, pois são cidadãos em desenvolvimento;

considerando o grande número de crianças e adolescentes vítimas de infrações penais, como maus-tratos, lesão corporal - violência doméstica, estupro e atentado violento ao pudor, desprovidos de atendimento especializado, célere e efetivo;

propõe-se assim seja criado através de lei o Nucria, que hoje funciona sob a égide de norma infralegal da Secretaria de Segurança Pública. Isto representa a ideologia do ocupante do cargo de Secretário, bem como do Governador do Estado. Havendo mudança de titular ficará o funcionamento do Nucria dependendo da concordância da nova equipe.

PROJETO DE LEI Nº 693/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fixa, no Estado do Paraná, o valor máximo permissível (VMP) para ácidos haloacéticos (HAA) em 60 µg/L (60 microgramas por litro) e 80 µg/L (80 microgramas por litro) para trihalometanos (TAM) para todos os Serviços de Saneamento Básico.

Parágrafo Único. A falta de observância dos índices dispostos no *caput* deste artigo implica em imediata comunicação ao Ministério Público Estadual, para as ações cabíveis.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento do Estado.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Anexamos a este projeto de lei o projeto de atualização da legislação paranaense quanto ao valor máximo permissível (VMP) para trialometas (TAM) e ácidos haloacéticos (HAA), de autoria do doutorando em Engenharia Química, Mestre Ricardo Andreola, orientado pelo Professor Dr. Marcelino Luiz Gimenes, PhD e Professora Dra. Rosângela Bergamasco, da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Estudos epidemiológicos recentes vêm demonstrando, cada vez mais, a relação de compostos halogenados (TAM e HAA) presentes na água tratada com o elevado número de casos de câncer. Existem evidências indicando que casos de câncer de bexiga, cólon e reto, estão relacionados à presença destes compostos na água tratada. É indiscutível a importância da administração do cloro para o tratamento da água, contudo, são gerados outros compostos nocivos à saúde, como os trialometas (TAM) e os ácidos haloacéticos (HAA).

Nos Estados Unidos os níveis de trialometas (TAM) e ácidos haloacéticos (HAA) já foram reduzidos, mostrando a importância desse controle para a saúde pública. No Brasil, infelizmente, o nível para trialometas (TAM) continua em 100 µg/L (cem microgramas por litro), valor que já há muito tempo não é aceito na América do Norte, e para ácidos haloacéticos, simplesmente ainda não há legislação regulamentadora.

PROJETO DE LEI Nº 694/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Padre Reginaldo Manzotti.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná pelo Padre Reginaldo Manzotti o fazem merecedor da tamanha homenagem.

Padre Reginaldo Manzotti, nascido aos 25 dias do mês de abril de 1970, é natural de Paraíso do Norte, Noroeste do Paraná. Filho de Antônio Manzotti e Percília Maria Manzotti, é o sexto filho de uma tradicional família de descendentes italianos. Até a sexta série estudou em sua cidade natal.

Aos 11 anos foi para o Seminário dos Freis Carmelitas na cidade de Graciosa, no Paraná (32 km da cidade de Paranavaí). O segundo grau fez no Seminário São João da Cruz, em Paranavaí.

Cursou Filosofia e Teologia em Curitiba. Filosofia no Instituto de Filosofia Vicentina (reconheceu este curso posteriormente pela USP em São Paulo). A Teologia fez no Studium Theologicum (reconheceu a teologia pela Universidade Lateranense de Roma).

Em seguida fez uma experiência de 01 ano na cidade de Camucim, de São Félix, em Pernambuco.

Em 1995, no dia 14 de janeiro, foi ordenado sacerdote em sua cidade natal Paraíso do Norte, pelas mãos de Dom Alberto Först Bispo de Dourados, Mato Grosso. O primeiro ano de Sacerdócio trabalhou na Paróquia Imaculada Conceição na Vila Fany. Transferido para a Paróquia São Sebastião em Paranavaí, onde ficou três anos e exerceu a função de prior, diretor e professor do Colégio Nossa Senhora do Carmo, nesta cidade.

No ano de 2000 no dia 02 de janeiro, após um processo com a Arquidiocese de Curitiba e Dom Pedro Fedalto, assumiu num período *ad experimentum* como pároco na Paróquia São José Operário na Vila Maria Antonieta em Pinhais.

Lá desenvolveu um trabalho de revitalização da Paróquia, renovação das estruturas tanto na Matriz quanto nas comunidades; a princípio quatorze, incluindo algumas de Piraquara. Um ano depois começou o trabalho nos meios de comunicação.

Desde o dia 24 de setembro de 2003, foi nomeado, por D. Pedro Fedalto, para assumir o cargo de Vigário Episcopal da Arquidiocese de Curitiba.

Atualmente, Padre Reginaldo Manzotti é responsável por 55 paróquias da Arquidiocese de Curitiba, com as funções de: celebrar crismas, coordenar e presidir reuniões de paróquias, encaminhar e solucionar os conflitos administrativos e pastorais referentes a esta área da

Arquidiocese.

Há 02 anos e meio, a convite, celebra uma missa dominical na Paraná Educativa às 8h00. Esta missa é exibida para o Paraná, para todo o Brasil e uma parte da América Latina, considerada hoje uma das celebrações de maior audiência em Curitiba e Região Metropolitana.

Na proposta de responder ao apelo do Papa João Paulo II, que exortou para uma evangelização com “novo ardor e novo métodos”, padre Reginaldo idealizou o Projeto Evangelizar é Preciso.

Em vista disso gravou um CD composto de 12 músicas chamado “Deus é Presença Real”, com excelente aceitação popular.

O Projeto Evangelizar é Preciso começou de uma forma simples e ao mesmo tempo discreta que hoje toma proporções significativas, empreende várias celebrações de grande adesão popular.

A primeira grande missa foi a Missa das Mães, em maio de 2004, com a presença de sete mil pessoas.

Em agosto do mesmo ano foi celebrada a Missa das Famílias, com quinze mil pessoas. Em Finados, contou com a presença de 25 mil e a Missa de Natal (em frente ao Palácio Iguaçu), num total de 35 mil participantes.

Neste ano de 2005, foi celebrada a Missa das Mães e posteriormente a Solenidade de *Corpus Christi*, com a participação de cerca de 100 mil pessoas.

Iniciou em junho de 2004 um programa diário na Rádio Clube AM, tendo hoje uma considerável audiência. Conta hoje com um programa diário de uma hora e mais quatro programas em outras emissoras AM e FM, incluindo outras televisões.

Atualmente, desde o dia 05 de fevereiro de 2005, Pe. Reginaldo Manzotti está como Pároco na Paróquia Imaculada Conceição.

Sua vida dedicada à evangelização e à divulgação das palavras de Cristo, tomaram-no grande líder espiritual e o extenso currículo do homenageado endossa a razão do Título.

# PROJETO DE LEI Nº 695/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Institui o programa de compromisso das empresas e órgãos públicos do Governo do Paraná com as condições de acessibilidade em calçadas e vias públicas.

Art. 2º As obras realizadas por empresas ou órgãos estaduais, que requeiram a reconstituição ou a construção de calçadas deverão ser realizadas dentro dos padrões de acessibilidade.

§ 1º Por acessibilidade compreende-se as condições adequadas para o deslocamento de portadores de deficiência visual e física, ou com locomoção reduzida, em particular, dos que utilizam cadeiras de rodas.

§ 2º As disposições desta lei são extensivas às obras realizadas por empresas contratadas pelo Estado do Paraná em qualquer uma das modalidades de terceirização.

Art. 3º Para garantir acessibilidade as calçadas construídas ou reconstituídas devem estar nos seguintes parâmetros:

- a) largura mínima 95 a 1,15m sem nenhum obstáculo;
- b) uso de material liso e não derrapante no seu leito;
- c) garantia de rampa nos degraus e desníveis de 15 graus de declínio, para acesso as calçadas e as portas de acesso dos edifícios;
- d) linha sensível de 10 cm ao centro para permitir o deslocamento de pessoas com deficiência visual.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

## JUSTIFICATIVA:

As calçadas representam um dos maiores problemas no acesso de todos à cidade e aos espaços públicos. Normalmente possuem uma série de obstáculos ou então piso inadequado que dificultam a vida de pessoas que possuem condições de locomoção reduzida, em particular as que utilizam muletas e cadeiras de rodas. Apesar da gravidade da situação, os Planos Diretores e as políticas municipais de planejamento urbano não prevêm, em sua grande maioria, um direito humano fundamental que é o da acessibilidade.

Embora as calçadas não sejam de responsabilidade direta de ação do Governo Estadual, este pode ajudar a mudar a cultura da população e das autoridades municipais. Neste sentido, propomos que o Governo do Estado assuma o compromisso de que as calçadas restauradas pelos órgãos e empresas públicas, o serão dentro dos parâmetros de acessibilidade.

Este projeto reconhece, portanto, o direito das pessoas com necessidades especiais, tanto as permanentes quanto as temporárias (como as vítimas de traumatismo), assim como daquelas que possuem condições de mobilidade reduzida, como as de terceira idade.

Neste sentido, pedimos o apoio a este projeto que contribui de forma específica, porém efetiva, para solucionar um grande problema urbano.

## O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Quero pedir licença da Assembléia para sair e fazer uma conferência no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Foi-me solicitada essa conferência no horário da Sessão.

## O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está liberado, nobre Deputado.



## ***Grande Expediente:***

Vamos fazer uma inversão na pauta da Ordem do Dia de hoje.

O Grande Expediente está reservado, conforme requerimento aprovado por unanimidade pelos Srs. Parlamentares, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini e Deputado Geraldo Cartário, que o Grande Expediente fosse concedido à Associação dos Abatedouros e Produtores Agrícolas do Paraná, que será representado pelo nosso companheiro, amigo, o Alfredo.

### ***Associação dos Abatedouros e Produtores Agrícolas do Paraná***

Vamos de imediato conceder a palavra ao Alfredo, que vai expor aos Srs. Parlamentares as condições do setor avícola do nosso Estado.

Com a palavra o nosso companheiro Alfredo.

#### **O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos vivendo um momento muito sério no agronegócio brasileiro, com o problema dos baixos preços da soja e do milho. O problema da febre aftosa que atingiu todo o setor da pecuária nacional e da gripe aviária, que vem criando um transtorno muito grande no Brasil. O anúncio já houve pelo menos em uma especulação de queda de consumo de carne de frango no país, mais do que isso, a expectativa do que poderia acontecer, em função do que vem ocorrendo no mundo.

Eu e o Deputado Geraldo Cartário subscrevemos um pedido a esta augusta Assembléia, para ouvirmos aqui alguém que fosse altamente credenciado sobre esta situação, que é um dos negócios dentro do agronegócio, que vem alavancando a economia brasileira.

Ninguém melhor que o Presidente da Associação dos Abatedores e Produtores Agrícolas do Paraná, empresário em Cascavel, um dos homens mais bem informados tecnicamente e um dos mais bem sucedidos no setor, que é o Sr. Alfredo Raefer. Muito nos orgulha o senhor ter aceitado o nosso convite, estando aqui na Assembléia hoje, para poder, depois de ter andado por Brasília e por outros grandes centros do Brasil, discutindo isso, estar em Curitiba, na Assembléia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Alfredo. É uma honra para o povo do Paraná poder ouvi-lo hoje e participar com V. Sa. de um debate que certamente nos trará algum conhecimento importante e informações que poderão contribuir, para melhorar a qualidade de vida da população e melhorar o nosso meio de produção, que é o grande agronegócio do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, é esse o encaminhamento. V. Sa. tem o tempo necessário para expor e poder nos ilustrar com as suas palavras e o seu conhecimento.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a palavra ao Sr. Alfredo.

### ***Orador: Sr. Alfredo Raefer-Presidente***

#### **O SR. ALFREDO RAEFER**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma honra muito grande estar nesta Assembléia e expor alguma coisa da avicultura nacional e em especial da avicultura do Paraná. É extremamente importante à nossa economia, grande geradora de empregos e alavancadora potencial do agronegócio no Paraná, por ser o grande transformador de grãos, juntamente com a suinocultura e transformadora de grãos - milho e soja -, em carne com o valor adicionado de mão-de-obra, gerando empregos e renda.

Vou mostrar alguns painéis, para conversarmos sobre o assunto.

A evolução da avicultura nos anos 50, com o hobby de “fundo de quintal” e uma rejeição inicial ao frango branco, porque frango de granja pouco se conhecia e o Brasil vivia do frango caipira ou de “fundo de quintal”, como chamamos hoje. Nos anos 80, gigante do agronegócio, desenvolvimento do modelo de sucesso e hoje maior exportador de carne de ave do mundo.

Uma tabela que mostra a avicultura no mundo, vocês podem muito bem ver como evoluímos. No Brasil, no ano de 2005, cinco milhões, novecentos e setenta e seis mil toneladas, para oito milhões e oitocentos e trinta mil toneladas em 2005. Os Estados Unidos com quinze e nós praticamente ainda estamos na metade dos Estados Unidos, mas como maior exportador.

Temos a exportação brasileira, que são dois milhões, novecentos e seis mil toneladas e fechando o ano de 2005 com dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil toneladas. Referenciando alguns outros países, em especial o nosso grande competidor, os Estados Unidos, com exportação de dois milhões, duzentos e setenta e nove mil toneladas. Os países da Europa em decréscimo, acabaram perdendo a sua competitividade, porque são hoje importadores de grãos e acabam perdendo seu espaço.

A evolução da produção brasileira da carne de frango. Saímos em 86 com um milhão e seiscentas mil toneladas e uma evolução de oito, novecentos e cinquenta, em 2005. Para vocês verem, então, quanto cresceu a avicultura brasileira em um nível crescente, ano a ano, culminando com quase dez milhões de toneladas em 2005.

Os principais estados produtores são: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Vocês podem observar que o Paraná está na vanguarda da produção de carne de frango, com novecentos e dezoito milhões de cabeças, um milhão e oitocentos e trinta e seis milhões de toneladas. E também, em disputa com Santa Catarina, estamos em primeiro ou segundo, dependendo em alguns níveis de embarque, mas o Paraná é hoje considerado o maior exportador de carne de frango brasileira.

Um painel mostrando as exportações como um todo da carne de frango: dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, contra, em 1999, setecentos e setenta e seis mil toneladas. Espaço conquistado principalmente porque o Brasil está cada dia mais competitivo nessa área, com ganhos de genética, com ganhos de produtividade a nível de campo e fazendo uma coisa muito importante, que é transformando e levando ao consumidor no mundo carne de frango de origem vegetal. Hoje, em qualquer lugar do mundo, prefere-se frango alimentado com milho e soja, enquanto alguns países inevitavelmente usam dentro das suas matérias primas, origem principalmente com ração de origem animal, que é hoje, de certa forma, rejeitada em qualquer lugar. Então, somos os grandes transformadores de milho e soja, através da carne.

O nível tecnológico, para se ter uma idéia da evolução do rendimento técnico da avicultura, temos números desde 1930, mas que não dá para levar muito em conta, mas se vocês olharem recentes, da década de 70 por exemplo, você fazia, em 1970, com um quilo e setecentos de peso vivo, você precisava dois quilos, cento e cinquenta gramas de ração para fazer um quilo de carne e levava sete semanas para produzir. Hoje, já estamos mais avançados que isso, com o referencial de 2001 conseguimos produzir, hoje, uma ave viva com dois quilos e trezentos, com uma conversão de 1.85, ou seja, um quilo e oitocentos e cinquenta gramas de ração para se fazer um quilo de carne, com 42 dias de idade.

O Paraná na avicultura: mão-de-obra direta, sessenta mil empregos e dez mil produtores integrados. De uma forma indireta: 550 mil empregos, sem considerar algo que entendemos que seja extremamente importante, que é a transformação de milho e de soja em carne, adicionando muito emprego. Se não tivéssemos hoje a avicultura, estaríamos exportando, eventualmente, mais soja e mais milho, mas por um valor, sem nenhuma adição de valor agregado.

O Paraná no ranking nacional: primeiro em produção de frango de corte com 25% do total. Abate médio: 86 milhões de cabeças ao mês. Um plantel de 155 milhões de cabeças, com 9 mil e duzentos aviários em atividade e, aproximadamente, trinta abatedouros.

Gripe aviária. Hoje essa é a grande pergunta que todos fazem, entendemos ter um alarmismo excessivo, porque o Brasil tem condições tecnológicas dentro da sua avicultura muito mais avançadas do que os países, principalmente asiáticos, que tiveram os focos de gripe. Vocês devem ter visto em televisão e na imprensa em que condições estavam as aves que foram condenadas por problema de gripe. E basta vocês correrem o interior do Paraná, aqui perto, Mandirituba, Lapa, região produtora de aves, para vocês verem a alta tecnologia que temos nos aviários e na avicultura como um todo.

A gripe aviária foi identificada pela primeira vez em 1878, na Itália. Existem dezenove variações do vírus da *influenza*. E aí é importante registrarmos isso. Fala-se

em gripe equivocadamente, já se falou em gripe de frango e, na verdade, é gripe aviária transmitida por aves silvestres de grande porte, que são portadoras do vírus, mas que são resistentes a ele mas o transmitem com facilidade para as aves domésticas, principalmente considerando que a genética, você tem o altíssimo ganho e o altíssimo desempenho, mas quando você, usando um linguajar bem simples, refina essas aves, elas são muito facilmente atacáveis por qualquer problema de doenças. O contágio de seres humanos: só pelo contato direto com aves doentes. Isso é muito importante dizer, porque os alarmistas dizem que o vírus poderá evoluir a ponto de ser transmitido a seres humanos. Então, hoje essa é a grande preocupação que a gripe aviária leva.

E vocês viram o governo americano destinando sete bilhões de dólares para se precaver de uma eventualidade nesse sentido. Qual é o temor? O temor é que o vírus poderia ter mutação e ao invés de ele ser transmitido de ave para o homem, ele poderia sofrer mutação e ser transmitido de ave para o homem, ele poderia sofrer mutação e ser transmitido de pessoa para pessoa. Mas, são expectativas, são imaginações, previsões, que os cientistas fazem muito mais como forma de se prevenir, porque é obrigação deles, e isso causa bastante alarmismo.

Transmitido pelo vírus pode infectar galinhas, perus, patos, codornas, gansos, aves ornamentais e uma imensa variedade de outras aves.

As aves selvagens, principalmente as migratórias, são o reservatório natural como nós falamos. Se houver contaminação? As formas de disseminação vão muito além da migração de aves selvagens, movimentação de aves, produtos, matérias-primas, principalmente o homem, todos se tornam responsáveis pela disseminação. Sem cura, o remédio é a prevenção.

Nesse campo quero deixar uma informação importante: os países da Europa estão fazendo um trabalho ao contrário do nosso. Na Europa hoje estão recolhendo todas as aves soltas que existem, as aves de quintal. Por incrível que pareça o Governo Federal, através do Programa da Agricultura Familiar, está com um programa implantado e espalhando, principalmente nos assentamentos um projeto de colocar aves caipiras ou aves de fundo de quintal. Este é hoje um grande temor da avicultura porque ao contrário do que eles estão fazendo, recolhendo, nós estamos hoje espalhando aves de fundo de quintal, frango caipira que nós chamamos, num programa de Governo que nos deixa sérias dúvidas de até onde podemos ter o controle disso?

Tal como aconteceu e é hoje praticamente certo que a aftosa no Mato Grosso perdeu o controle através dos assentamentos do MST e vocês viram na imprensa de hoje, inclusive falando sobre isso, que no Paraná a Secretaria da Agricultura está com dificuldade para vacinar; os dados nos assentamentos e também através das áreas indígenas são inimputáveis e a lei não os pode atingir. Então isso é hoje a maior preocupação e acreditamos que

pode ser o grande disseminador da gripe aviária, além de outras formas.

Onde ocorrem os focos? Atualmente existem focos de gripe do frango confirmados na Indonésia, Vietnã, esses lugares todos que já ouvimos e conhecemos. Na América do Sul, Bolívia e Colômbia, *influenza* aviária mas é importante falarmos que há apenas um tipo detectado que é letal que é o H5N1. Então, já tivemos *influenza* nos Estados Unidos, no Chile, na Bolívia mas a *influenza* que é gripe com variáveis que não são perigosas para humanos, apenas para as aves que acabam se contaminando e ficando doentes.

O vírus H5N1 ressurgiu em Hong Kong em 2003 atingindo meses depois Coréia, Vietnã, Tailândia e outros países do Sudoeste asiático causando elevada mortalidade entre aves de criação. Desde o fim de 2003, este número já não está atualizado, 117 casos, hoje temos confirmados 127 casos e tivemos 63 ou 64 mortes com isso. Volto a dizer que é bastante alarmismo porque no Brasil semanalmente morre muito mais pessoas por outras endemias normais que passam até despercebidas. No mundo inteiro até agora morreram 63 pessoas.

E o futuro? Com uma população estratosférica a solução é proteger nossos plantéis e nossas fronteiras. A *influenza* aviária e a doença de *Newcastle* estão presentes em diversos países e constituem ameaça real para todos os demais, inclusive o Brasil.

Esse fato torna ainda mais urgente a tarefa de acelerar a implementação do programa de sanidade avícola em todo território nacional.

Estivemos reunidos, o setor avícola todo, na semana retrasada no 19º Congresso Brasileiro de Avicultura onde todos os estados da Federação, os principais criadores, as entidades foram levar diretamente ao Ministro os pedidos e as reivindicações mais importantes que o setor considera para que consigamos fazer a blindagem.

De certa forma o caso da aftosa, aqui, conhecido como grande parte negligenciado pelo Governo Federal, acabou acordando o Ministério e corrigindo alguma roda no sentido de dar suporte ao setor para que não tenhamos aqui no Brasil, o problema da gripe aviária. A doença no Brasil afetaria todo o segmento alcançando a cadeia de exportação do agronegócio, grãos, suínos, bovinos e outros, além da saúde pública.

Como falei uma carta de Chapecó reiterado no Congresso pela UBA apontando as medidas necessárias para evitar o desastre na economia nacional. Alocação de recursos em volumes adequados para a implementação e execução dos programas sanitários avícolas. Priorização do programa de regionalização sanitária. Este, ao meu ver, é a forma mais efetiva que o setor de avicultura tem para se proteger de uma eventual entrada da gripe aviária.

Hoje, isso acontece também na área bovina com relação à febre aftosa, somos vistos lá fora como um único território. Os clientes, os importadores nos olham no mapa e vêm apenas o Brasil e aí se tiver aftosa no Pará, o Rio Grande do Sul é afetado, como teve no Mato

Grosso, o Paraná também é afetado, e assim por diante. O que está se fazendo na avicultura: a partir do dia 1º de janeiro estamos implantando a regionalização. Cada um dos estados tem um território sanitário independente. Então, vai se impedir o trânsito e o transporte de aves vivas de um Estado para outro de tal forma que, se numa região tivermos sido afetados pelo foco, isolamos, limpamos e as outras áreas ficam totalmente livres para continuar produzindo e principalmente exportando. Credenciamento de laboratórios particulares. Vocês viram a confusão que causou o problema da aftosa no Paraná, que foi identificado uma suspeita de aftosa e levamos vários dias, várias semanas e até agora não mostramos claramente que não temos a aftosa.

Então, isso é a falta de laboratórios credenciados, temos na aftosa um laboratório no Pará, que é autenticamente credenciado. E temos apenas um laboratório em Campinas que é credenciado para fazer os exames na área da avicultura. Outras providências: adequação de laboratórios de referência, revisão do sistema de credenciamento de médicos veterinários, vistoria, práticas convencionais, vistoria de incineradores, prevenção em aeroportos, prevenção em granjas para evitar entradas, visitas e trânsito, impedir que visitantes, principalmente estrangeiros, venham visitar e nos trazer eventualmente o problema da doença, medida indispensável à regionalização. Meta: iniciamos em 1º de janeiro de 2006 e queremos tê-la implantada até o final de 2006. Esses quatro estados representam juntos 80% da produção nacional. O risco da gripe aviária chegar ao Brasil é mínimo, 85% da produção brasileira é feita em aviários fechados e que impede a contaminação por meio de aves selvagens, que é o grande transmissor. O maior perigo está na criação de aves a céu aberto, como falamos. Um alerta, a avicultura representa, hoje até mais, que um e meio do PIB brasileiro. Gera, aproximadamente, quatro milhões de empregos diretos e indiretos e traz para o Brasil, 2,84 bilhões de dólares, de divisas decorrentes da exportação.

Um quadro que mostra de forma muito clara como está inserida a avicultura na pauta de exportação. A avicultura perde para minério de ferro, soja em grãos, automóveis, petróleo bruto e, daí vem em quinto lugar à carne de frango.

É extremamente importante essa pauta de exportação. Ainda, sim, é importante referenciar, para economizar alguns milhões o Governo Federal se atreve a promover o contingenciamento de recursos destinados ao Ministério da Agricultura para a Secretaria de Vigilância Nacional.

Técnicos do Ministério estimavam a necessidade mínima de duzentos e cinquenta milhões de reais, no orçamento. Isso também contempla outras áreas, principalmente, o próprio combate da febre aftosa, que está nos causando tanto mal como uma eventual gripe aviária. O Governo estabeleceu um orçamento de cento e trinta e sete milhões. O contingenciamento reduziu o orçamento para apenas trinta e sete milhões e mesmo assim não foi

cumprido até a presente data. Como é que vamos querer precaver a aftosa, precaver gripe aviária se o setor tão importante quanto é a exportação de carne bovina, exportação de carnes de aves, não têm a devida importância, principalmente do Governo Federal? Os governos estaduais até, eles sofrem também porque grande parte das verbas são repassadas do Governo Federal e acabam sendo contingenciadas.

A esperança, não queremos que se repita na avicultura o lamentável episódio da febre aftosa, no Brasil. No primeiro semestre deste ano, o relatório do Tribunal de Contas da União apontava que os desembolsos do Governo para o programa de combate de febre aftosa de apenas duzentos e oitenta e cinco mil reais, até o dia 02 de junho. Só o 41% dos sessenta e oito milhões previstos, no orçamento da União.

No mesmo relatório o Tribunal de Contas da União alertou para a possibilidade de focos no Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Bahia, hoje admitido publicamente, pelo próprio Ministro Roberto Rodrigues em diversas exposições na imprensa.

Mato Grosso do Sul teve um foco de aftosa, em outubro, o primeiro caso do país, depois de seis anos de controle.

Agroindústria potência inexplorada. Em 2001, o Paraná exportou 36% do milho produzido. Em 2005, o Paraná exportou 7% do milho produzido. Estimativa: um quilo de milho, 27 centavos. Transformando em frango ou suíno aumenta em até trinta vezes o valor do produto. É o mesmo do que colher trinta safras de milho.

Para vocês verem a importância da transformação da carne, da transformação de milho e soja em carne. Para ter uma idéia, um quilo de milho a vinte e sete centavos, utilizado na avicultura rende: como um frango inteiro sete vezes, frango em corte dez vezes, peito de frango dezesseis vezes, pré-pronto, embutidos e elaborados trinta vezes. Se todo milho produzido no Paraná, em 2001, tivesse sido consumido aqui, dobraria o total da mão-de-obra utilizada na avicultura.

O agronegócio é responsável por 33% do produto interno. Emprega atualmente 17,7 milhões de trabalhadores somente no campo. E responde por 42% das exportações totais e gera 37% dos empregos do Brasil.

E a avicultura está inserida dentro desse quadro do agronegócio. E aí faço um pequeno diagnóstico, uma retrospectiva e uma posição atual. No segundo governo Fernando Henrique, que se deu mais importância para o agronegócio, para a agricultura onde nós tivemos maior volume de financiamentos liberados, tivemos repactuação e alongamento de dívidas de produtores, onde nós, através de um câmbio mais real, de uma equivalência de real e dólar um incremento forte nas exportações valorizando efetivamente o produto de exportação do agronegócio, como eu disse, com crédito agrícola, recuperação de débitos e com taxas de juros melhor.

Vejo hoje um quadro extremamente nebuloso para o agronegócio como um todo por alguns fatores que são

do conhecimento, mas que é importante ressaltarmos. Taxas de juros de mercado praticamente colocados à disposição dos produtores, poucos conseguem acesso efetivo ao crédito rural pleno, com uma taxa de três, quatro, oito ponto setenta e cinco como deveria ser. Uma taxa de câmbio totalmente irreal. Nós tivemos praticamente em um ano uma valorização da nossa moeda em 17% coisa que não aconteceu no mundo inteiro e os exportadores hoje estão dando um tiro no pé. Quanto mais exportam, mais entra dólar, mais valoriza o real e nós tivemos ontem o dólar cotado aos valores de abril de 2001. E quero refletir que as contas do setor produtivo com o dólar de 2001 na hora de fazer a exportação, as contas são pagas com custos de 2005, tanto na mão-de-obra, como na energia, como no transporte, no combustível e assim por diante. Então os senhores não esperem muita coisa positiva para o agronegócio, principalmente da metade do ano que vem porque, com certeza, na medida em que esse câmbio começa a não rentabilizar e começa a proporcionar prejuízo nós vamos ter redução das nossas exportações. E a redução das nossas exportações significa redução de empregos e de renda, porque tudo aquilo que vocês coloca no exterior, com certeza não cabe no mercado interno.

Na medida em que um quilo de frango ou seu derivado não for exportado ele não cabe no mercado, vai ser cortado da produção e também, conseqüentemente, os empregos referentes a ele.

Contingenciamento de recursos para vigilância sanitária animal que é um problema sério. Focos de febre aftosa cenário atual. Focos de febre aftosa com impacto na cadeia produtiva da carne bovina e por fim coloco aqui tópicos onde esta Assembléia pode contribuir com o setor produtivo, tanto da carne de aves, como do suíno e também do próprio bovino que hoje vivencia a situação de febre aftosa.

A Secretaria da Agricultura com certeza vai ter que reforçar o seu orçamento para a sua estrutura da defesa sanitária animal e a propósito disso a nossa Secretaria do Paraná está trabalhando para credenciar o laboratório da UEL para que ele esteja habilitado para fazer todos os exames a nível nacional e não tenhamos, eventualmente, que estar aguardando laboratórios hoje do Pará credenciado para aftosa ou de Campinas credenciado para outras doenças de aves. E vai precisar contratação de mais agentes para fiscalização e controle. Orçamento do combate e prevenção da aftosa e gripe aviária. E colaborar numa política tributária compatível para o setor de carnes, como um todo. Redução de ICM para a cadeia de aves, suínos e carne bovina.

Estivemos, há duas semanas, com o assessor do Secretário da Fazenda, colocando uma situação de mudança que vamos ter a partir de 1º de janeiro, onde uma decisão do Confaz fez modificações das alíquotas de ICM. E nós estamos pedindo para que o Paraná se enquadre nessa mesma modalidade, principalmente nos dando competitividade com a criação do Estado de São Paulo.

O que acontece hoje para o Paraná: nós somos produtores em grande escala, mas não somos consumidores. Dependemos da venda para outros estados: Rio Grande do Sul compra nossa carne, nosso frango, principalmente o Estado de São Paulo que tem quarenta milhões de habitantes. E nós não conseguimos competir adequadamente, principalmente com o Estado de São Paulo, que tem internamente praticamente zeradas suas alíquotas de ICM. Como nós também temos dentro do Estado zerado o nosso ICM, mas como nós precisamos vender para outros estados e ao fazermos isto com a venda interestadual, acabamos sendo tributados e perdendo a competitividade. Se tivermos problemas, como a aftosa tem hoje, que vai ter que direcionar mais suas vendas para o mercado interno, nós tememos pela marginalidade e por todas as consequências nefastas que isto pode proporcionar.

É um sucinto relato, Sr. Presidente, e nós nos colocamos à disposição da Assembléia para perguntas, questionamentos, tanto aqui no plenário como fora, em qualquer momento, dizendo que a avicultura do Paraná é muito importante para a economia, gerador de empregos, gerador de renda, e vamos fazer nosso dever de casa, não só no Paraná como também no Brasil inteiro, temos convicção de que conseguiremos sair, passar à margem deste problema de gripe aviária que afeta os países da Ásia e os países da Europa. E ao fazermos isto, temos a convicção de que poderemos levar carne de boa qualidade e ampliar ainda mais nosso mercado e continuar proporcionando a alavancagem para a economia do Estado do Paraná.

Muito obrigado a todos!

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos agradecer ao nosso companheiro Alfredo por ter aceitado o convite desta Casa para trazer esclarecimentos aos Srs. Parlamentares.

E esta Casa, Alfredo, sente-se orgulhosa, também por ter cumprido um papel importante no passado: graças a uma lei aprovada aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por sinal uma lei de minha autoria, a Lei Hermas Brandão, que deu a possibilidade do crescimento que houve no setor aviário no Estado.

Nós nos lembrávamos perfeitamente, que ocupávamos na ocasião o 4º lugar como produtor de aves no Paraná. E simplesmente por uma lei aprovada por todos os Parlamentares, nós passamos a ser o 1º produtor a nível nacional, num distanciamento muito grande do 2º Estado produtor.

Então queremos cumprimentar a todo o setor, porque o setor respondeu afirmativamente às ações que esta Casa de Leis fez a seu favor. Então, foi importante este envolvimento: setor aviário, Poder Executivo e Poder Legislativo. E o Poder Legislativo sempre estará à disposição, sem dúvida nenhuma, para fazer ações como tem feito, no sentido de gerarmos cada vez mais empregos ao campo e viabilizar a pequena propriedade. Porque se não fosse a avicultura com certeza não teríamos cinquenta,

sessenta mil propriedades viabilizadas e dando oportunidade de mantermos essas famílias no campo.

Muito obrigado pela sua presença

### *Pequeno Expediente:*

No Pequeno Expediente concedemos a palavra ao Deputado Reni Pereira.

### *Deputado Reni Pereira (PSB)*

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na tarde de hoje pudemos ter uma explanação do Presidente da Avipar, que com certeza esclareceu a alguns Parlamentares os números reais do que significa a avicultura para o Estado do Paraná. E nós não podemos permitir que num segmento tão importante da economia paranaense, em que mais de sessenta mil pequenos produtores, produtores de médio porte, e até grande porte, gerem direta e indiretamente mais de quinhentos mil empregos, não podemos permitir e nos dar ao luxo de correr atrás do prejuízo.

A explanação que foi feita, inclusive num dado momento eu fiz questão de anotar, em que o palestrista falava da proibição de visitas estrangeiras nos produtores, até mesmo em alguns abatedouros. E eu fiquei, naquele momento, imaginando o que ele não quis falar, mas que na verdade nós, Parlamentares, até usando do direito de usar esta tribuna em defesa do Estado do Paraná, dizer que nós temos que nos defender da pior das guerras, que é a guerra comercial. Está em jogo, sim, o interesse econômico? Está. Não pensemos nós, e como o maior Estado produtor de frangos, exportador também, que o interesse econômico, principalmente dos Estados Unidos, e o jogo sujo da pior das guerras, que é a guerra comercial, que não tem pudores, não tem clemência, e muito menos piedade, vai em algum momento deixar de introduzir, se for possível, esse vírus, até de forma criminoso no Brasil. E pela dimensão continental que nós temos do nosso país, com certeza lá fora os importadores da nossa carne, seja ele de frangos, como é o caso do Presidente da Avipar que veio aqui falar, mas também nós temos os produtores de porcos, temos também grandes frigoríficos que abatem bovinos, esses já estão com um prejuízo que vai demorar anos para resgatarem tudo isso que já vinha sendo construído há anos, a credibilidade externa; mas lá fora os exportadores não vão saber diferenciar se eventualmente essa gripe entrara por Rondônia, ou pelo Acre, que aliás já chegou na Bolívia, e também na Colômbia, segundo informações, de repente do Estado de Santa Catarina e Paraná.

E eu fico aqui a pensar, como que nós poderemos, como maior Estado produtor de frango, fazer com que o Governo Federal tome uma medida preventiva, porque depois, se der numa meia dúzia de pardal, num papagaio, qualquer coisa, pode ter certeza que a mídia inteira, aliás

essa mídia já está oportunamente posicionada com os holofotes para o Brasil, a partir do momento que pegarem um papagaio com essa gripe aviária aqui, pode ter certeza que vai ser manchete no mundo inteiro. E apesar do Presidente da Avipar falar que dificilmente o Brasil vai ser afetado, ou vai ter o ingresso dessa gripe aviária, tenho medo, sim, que isso ingresse de forma criminosa. E se ingressar de forma criminosa nós estaremos condenando milhares e milhares de paranaenses, não só envolvidos diretamente na cadeia produtiva do frango nesses mais de quinhentos mil empregos, mas também milhares de paranaenses que dependem dos recursos públicos, e recursos públicos que vêm através dos impostos gerados desse setor da economia.

Na região Oeste, eu me permito a falar que nós simplesmente teríamos uma derrocada nos cofres públicos, seja no FPM, seja no repasse do ICMS, se eventualmente a gripe aviária entrar no país, mesmo que não entre no Paraná.

Quero parabenizar o Sr. Alfredo por ter vindo explicar, até pediria que enviasse, de forma escrita, tudo aquilo que foi explanado através da multimídia para todos os gabinetes. E pediria ao Presidente do Bloco Agropecuário desta Casa, Deputado Elton Welter, para que, em contato com o Sr. Alfredo, visse o que podemos fazer e mais que isso, o que podemos propor tanto ao Ministério da Agricultura quanto à Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Para não termos que correr atrás do prejuízo. Principalmente o Paraná não pode se dar ao luxo de correr atrás, depois do acontecido.

Mais uma vez parabenizo o Sr. Alfredo por ter vindo dar essa importante palestra nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado Barbosa Neto, com a palavra.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho ouvido várias alegações para explicar a questão da violência que é hoje a principal preocupação da população paranaense.

Existem algumas teses daqueles que defendem o governo, do próprio Secretário da Segurança, que a violência é um fenômeno mundial, que tem se acentuado nos últimos anos em todo mundo. Que a concentração de renda, ou que o aumento da pobreza seja culpada por todos esses dados que estamos cansados de ver, principalmente pelos jornais, nas emissoras de rádio e televisão. Essas alegações têm uma base falsa. Elas não correspondem com a realidade.

A revista “Veja” da semana passada, colocou por terra todas essas teses de que a violência tem relação direta, ou seja, a origem é a miséria.

Na verdade essa é uma visão preconceituosa, porque está dizendo que toda pessoa menos aquinhoadada é marginal. Isso não corresponde com a realidade. É o mesmo que afirmar que todo político é corrupto.

Há trinta anos a violência era muito menor. Só que há trinta anos a pobreza no Brasil era muito maior. O acesso à condição de vida digna era muito mais difícil do que hoje.

Ouçó, por exemplo, uma argumentação feita por um dos grandes empresários deste país, do nosso Estado, morador em Londrina, o empresário Bruno Veroneze que diz que um amigo dele, engenheiro paranaense, foi transferido para a Etiópia. E a Etiópia, todos sabemos que é o símbolo da miséria mundial. E lá, esse mesmo engenheiro brasileiro, que sofria com a violência deste país, dorme com as janelas abertas. E a violência na Etiópia é muito inferior àquela que verificamos no Brasil e mais notadamente no Estado do Paraná.

Conversava, na semana passada, com o Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, que assaltos à mão armada, os crimes contra a pessoa, ou roubos ao patrimônio têm aumentado, principalmente no Estado do Paraná. O que faltam, na verdade, são ações pontuais que o Governo tenta evitar que essa conversa seja com ele. Parece que a obrigação do Estado em tomar conta da segurança pública está sendo esquecida. Por que não se aumenta, pontualmente, o número de policiais? Por que não se paga melhor? Por que não se equipa melhor a polícia? Conseqüentemente, teremos, sim, um nível melhor de segurança pública.

Hoje, possuímos o mesmo número de policiais que tínhamos há trinta anos, sendo que, em alguns casos, a população triplicou. Então, ausências de ações voltadas para inclusão social que são, na verdade, políticas públicas na área da educação; investimentos que garantam a dignidade humana, para que a pessoa não tenha que ser delinqüente, não tenha que se corromper; investimentos em educação. Eu sonho com o dia em que o nosso país terá educação em tempo integral.

Para concluir, o Brasil, infelizmente, em comparação aos outros países da América Latina, está na contramão da história. Éramos os campeões em repetência escolar. Agora, só não somos mais porque o Governo extinguiu a repetência. Somos os campeões do analfabetismo; somos os campeões em evasão escolar e, infelizmente, o governo não toma atitudes voltadas, principalmente, para melhoria da educação. Só citando um exemplo, o Paraná maquila os seus dados, através do Governo do Estado, quando não cumpre a determinação constitucional de investir 25% do que é arrecadado, na educação. A violência, na verdade, é conseqüência de um problema que significa a falta de investimentos na área de educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra a Sra. Deputada Elza Correia, no

horário do Pequeno Expediente.

## ***Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, gostaria de informar que vou usar o Horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Obrigada!

Queria dizer o seguinte: ouvi, atentamente, o pronunciamento do Deputado Barbosa Neto, que tem sido insistente na questão da violência. Acho que cumpre um papel importante na medida que a questão da insegurança que estamos vivendo, Deputado Barbosa, é realmente uma pauta que tem que ser de todos nós. Todos temos que ter essa preocupação, porque nenhuma cidadã e nenhum cidadão brasileiro tem condições de viver tranquilamente e exercer o seu direito de cidadania, com esse caos de violência que estamos vivendo.

Não sei se é correto que apenas polícia na rua resolva o problema. Discordo integralmente disso. Acho que esse é um vetor também importante, mas conforme V. Exa. mesmo coloca em seu discurso, não é a única questão. A violência tem mãe e tem pai, tem nome e sobrenome e uma das responsáveis pela violência no Brasil, eu diria até que no mundo, de certa maneira, em alguns países, tenho insistido nisso aqui, são vários fatores, vários braços, várias faces da violência. Acho que a mais danosa, Deputados e Deputadas, sem dúvida nenhuma, é a corrupção, é o desvio do dinheiro público, é a ausência de políticas públicas, conforme V. Exa. enumera algumas, a questão da educação, que certamente seria um tiro certeiro na violência e nesse caos que estamos vivendo.

Creio, também, que a questão tenha que ser atacada, Deputado Barbosa, em rede, de uma forma conjunta, com projetos, como temos visto aqui no Paraná e no Brasil, como o Projeto Povo, a Patrulha Escolar e outros investimentos que estão sendo feitos, que são de fundamental importância, porque inibem a questão da violência; também os projetos sociais no nosso Estado, aplicados através de políticas públicas pelo Governo Roberto Requião. Mas, não é só isso. É a questão, como já disse aqui o Deputado Rusch, a questão do tráfico de drogas, tráfico de armas e também os investimentos estruturais, na Polícia Militar, na Polícia Civil e nas outras polícias.

Por isso, discutir segurança imputando, como tem sido feito sistematicamente aqui na Casa, a responsabilidade única e exclusivamente ao Governador Roberto Requião, é frágil demais. Não procede. Fica uma discussão que não entra na profundidade da questão. Fica superficial, pouco politizada, e não contribui.

Portanto, acho que cada vez que tivermos que discutir segurança, não podemos perder de vista os vários elementos há décadas, há séculos no Brasil, que contribuem para que a questão da violência tenha chegado a esse caos que chegou aqui no Brasil, no Paraná e em outros países do mundo.

Faço apenas esse adendo porque esse é um tema que evidentemente vamos continuar discutindo em outros momentos aqui na Casa.

Mas, hoje, queria bordar também uma questão, como Vice-Presidente da Comissão Permanente dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, cuja presidente é a minha colega Cida Borghetti, que sinceramente, acho que morro e não vejo tudo. Fiquei chocada e graças a Deus não perdi e espero não perder nunca a capacidade de me indignar; fiquei chocada ontem com a cara deslavada daquele padre Félix Carrero, assumindo que é, sim, pedófilo, usuário de drogas e abusa sexualmente de menores. Com a maior “cara de pau”, deslavada, safada, na televisão brasileira, assumindo a sua culpa.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB***

Sendo a sua prisão pedida pela polícia e a Justiça o soltou imediatamente.

E por que soltou o “santo” padre? Porque ele tem residência fixa, tem endereço, é réu primário e, portanto poderia perfeitamente responder esse crime em liberdade.

Gente! Esse tipo de crime é hediondo e deveria ser inafiançável. Não podemos mais conviver com essa coisa absurda, com essa violência cometida contra a população brasileira, que é a questão da pedofilia, do abuso sexual.

E como é que esse padre fazia? Aliciava meninos pobres da periferia, com dinheiro e com presentes; levava para motéis. Tem mais de duzentas denúncias contra esse padre. Inclusive usava a própria casa paroquial. Paralelo a esse tipo de ação covarde, hedionda, esse padre rezava missa, aconselhava casais, fazia casamentos, ouvia as pessoas em confissão” Ora, convenhamos!

É preciso que as leis brasileiras sejam mais severas em relação a esse caso. Esse não é o primeiro e nem será o último. Mas, nós Parlamentares estaduais, federais, temos que exigir mais severidade em relação a esse absurdo que vimos ontem em relação a esse padre Félix Carrero, lá de São Luiz do Maranhão. Com a maior “cara de pau”, safada, na televisão dizendo que: “*realmente quando ele usava droga, aliciava os menores. Mas, quando não usava droga ele saía com maiores.*”

É um negócio vexatório, absurdo, senti-me mal vendo aquela entrevista. E pior ainda saber que um safado desses está belo, solto e folgado, quem sabe ainda vai continuar rezando missas.

Acho que temos que trazer essa discussão aqui, à nossa Comissão presidida pela Cida Borghetti, às Depu-

tadas que fazem parte da Comissão e outros companheiros. Temos tido ações contundentes, que talvez tivéssemos que prestar contas. Trazemos para a Assembleia discussões da nossa Comissão, do trabalho que temos feito, com promotorias, juízes e várias entidades, trazendo essas questões e a posição da Comissão em relação a isso. Acho que tínhamos que mandar para as autoridades de São Luiz do Maranhão a nossa revolta e repulsa em relação a este caso.

Outra questão que acho importante abordarmos - falamos muito em violência e desigualdade no nosso país. Temos que dizer, porque somos brasileiros e afeta diretamente a todos nós qualquer tipo de violência, em que o cidadão brasileiro, homem ou mulher, um jovem ou uma jovem, um adolescente ou criança, sofram no nosso país.

Tenho acompanhado um pouco todo esse caos estabelecido na França em relação ao verdadeiro apartheid, que se institui no país da humanidade, igualdade e fraternidade. Um país, Deputado Ratinho, que exportou para o mundo exatamente a idéia de democracia e igualdade entre as pessoas, de inclusão social, de fraternidade entre os povos, criando a Carta dos Direitos da Pessoa Humana, que hoje o mundo inteiro se espelha nesse projeto iniciado na França, vemos hoje com muita tristeza o Ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, chamando a população periférica da França de escória da periferia. Essa escória da periferia, que são os filhos dos imigrantes franceses, meninos e meninas que estão sofrendo lá todo tipo de violência. Conforme dizem os cientistas políticos: "uma verdadeira fratura social e cultural que estamos vivenciando e assistindo na França, para a perplexidade de todos nós".

Os políticos franceses ao invés de discutirem políticas públicas, conforme temos cobrado sistematicamente no nosso país, para a inclusão social, política e econômica, estamos vendo apenas a preocupação das autoridades francesas e da polícia dizendo em restaurar a ordem.

Não haverá ordem, nem na França, nem no Brasil e em nenhum país do mundo, enquanto houver a desigualdade, a violência, a fome, a miséria e a exclusão social. Esse é o sentido que temos que perceber, palmear e correr atrás no nosso país, para que de fato tenhamos garantido os direitos humanos e a inclusão da nossa população.

Portanto, que nos sirva de exemplo o que está acontecendo na França, um país evoluído, de primeiro mundo, que exportou as idéias do Iluminismo, avançado na tecnologia, na ciência, na cultura e vivendo hoje com esse absurdo que está "pipocando", aquela revolta. Porque na minha avaliação nada tem a ver com o abril de 68, que era uma revolta da juventude mais politizada e consciente em relação à questão dos direitos humanos. Hoje, é uma revolta por exclusão mesmo, por apartheid.

No nosso país "pipocam" questões de A a Z, no Brasil inteiro, mas este é um país diferente, porque a miséria, a violência e a exclusão nas periferias brasileiras são bem pacíficas. Porque por menos do que isso, em

qualquer outro país do mundo vemos violência dessa natureza.

Fiz questão absoluta de trazer esses temas aqui para dizer, que se não houver realmente - como estamos fazendo no Estado do Paraná - investimentos maciços em projetos sociais, Deputado Dobrandino, como temos feito, não poderemos falar em inclusão, em cidadania e em direitos humanos. Estamos no caminho certo. Temos que investir nas questões estruturais e, principalmente, na população mais carente e pobre, que é o que temos feito.

Eu queria dizer à Deputada Cida Borghetti - conversamos rapidamente sobre a questão que foi apresentada aqui ontem - a campanha de Prevenção do Câncer de Mama, que como Vereadora em Londrina "me bati muito" naquela época e acho que é uma tese que temos que insistir, porque não é possível os postos de saúde funcionarem até às cinco ou seis horas da tarde, não funcionarem aos sábados, quando a mulher pobre, a mulher que trabalha fora de casa e tem o sábado e o domingo para fazer o seu preventivo, aí ela não tem o equipamento social, ela não tem o posto de saúde funcionando, que é quando ela pode fazer o seu preventivo.

Em Londrina nós conseguimos, através de muita luta, fazer com que tenha, em algumas regiões, os postos de saúde 24 horas, mas isso tem que ser uma realidade no nosso país, no nosso Estado e em todos os municípios, porque só assim as mulheres trabalhadoras, principalmente as mulheres pobres que não podem pagar uma consulta particular para fazer o seu preventivo, tenham acesso ao atendimento nas periferias do nosso Estado e do nosso País.

Portanto, conforme já disse, não são questões isoladas. Têm que ser atacadas como um todo e isso feito, nós podemos melhorar sensivelmente a vida dos homens e das mulheres do Paraná e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas:

Nós estamos vendo o fato e o exemplo que a França está nos dando e vivendo nesses dias, que uma revolta que nasce na periferia, praticada pela escória francesa - como disse o Ministro - mas que incendeia e que leva o mundo inteiro e se sentir localizado como se lá estivesse, porque a juventude francesa está fazendo refletir agora a história da Revolução Francesa de 1792, que também foi feita pela escória, pelos excluídos, pelos pobres e por aqueles que não tinham o sangue azul e que não participavam da nobreza francesa.

O povo é o grande povo! Quer lá na França, na Alemanha, onde já se começou isso, nos Estados Unidos,



que também vai começar, porque a juventude está excluída do grande processo de desenvolvimento e ela, sendo excluída do processo, está sendo excluída do futuro. E nós vemos aqui, no Brasil, que a revolta da juventude está nas ruas. Ainda não está com as tochas na mão, ainda não está com as bombas incendiárias, mas ela caminha pelas ruas!

Se nós olharmos as cadeias públicas do Paraná e do Brasil, vamos ver que a superlotação das cadeias é feita quase que exclusivamente por jovens, moços de dezoito, dezenove, vinte e vinte e cinco anos que, em um total de 90% da população carcerária das cadeias, é feita por essa juventude. É a juventude que foi excluída do trabalho, da riqueza social, da riqueza nacional e da oportunidade. É a juventude que não teve e que não tem o primeiro emprego. É a juventude que perdeu a perspectiva de vida, que vê no espelho refletindo a desesperança no futuro. É essa juventude que ainda não começou a incendiar as ruas, os carros, mas é essa mesma juventude que vai para o campo de futebol e lá, sob a alegação que está torcendo para um time ou para outro, vestindo ou não uma camisa, ao sair do campo de futebol, quebra, depreda, revoltada, não pelo resultado puro e simples do jogo, mas com o resultado que ela sabe que não vai ter lá na frente, no grande jogo da vida, ela incendeia, quebra os vidros de ônibus, depreda, põe fogo no ônibus também.

É essa mesma juventude que no jogo do Botafogo com o Flamengo, lá em Volta Redonda, um jovem com uma foice arrancou o pescoço do outro torcedor do Botafogo. É a essa mesma juventude que lhe é negado o lugar de trabalhar neste País. E é essa mesma juventude que acreditou nos programas de reforma do Governo Federal. E essa mesma juventude acreditou no PT, como havia acreditado também na história e na luta do MDB, e que nós, os políticos, não fizemos a transformação necessária para que cada um dos brasileiros tivesse um lugar ao sol.

Então fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque o fogo que está pegando na França certamente descera para as Américas e bem mais rápido do que o grito de liberdade dos países que eram colonizados por Portugal e Espanha, na época da Revolução Francesa, em 1792.

Vamos ver, sim, a falta de creches, de escolas profissionalizantes, dos programas sociais que são apenas realizados em campanhas eleitorais e depois são esquecidos pelos governantes. Nós vamos ver, sim, o resultado disso tomando conta das ruas e os arrastões não só no Rio de Janeiro, mas em toda a periferia, será a voz da juventude excluída, do povo marginalizado. E nós vamos ser os responsáveis, nós não conseguimos fazer a democracia social para o povo brasileiro. A classe política está falhando.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Scarpellini.

Próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado André Vargas.

## **Deputado André Vargas (PT)**

**O SR. ANDRÉ VARGAS**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso deste momento, faria ontem, mas como ontem nós tínhamos um debate acerca do projeto de transporte gratuito para os portadores de necessidades especiais, o Deputado Ângelo Vanhoni, fez uso da palavra em um projeto relevante, importante, e que precisamos dar uma atenção maior. Entendo que a presença dos nossos convidados ontem, foi de relevante importância.

Falava agora com o Líder do Governo do entendimento que tínhamos que seria retirado de pauta por uma Sessão. Se eventualmente esse entendimento não puder ser encaminhado, nós precisamos avisar aos nossos convidados, Deputado Ângelo Vanhoni, para que eles não venham à Casa na expectativa de que seja votado o seu projeto, porque muitas vezes nós olhamos o mundo, e esse talvez seja um dos maiores males da política e dos políticos, nós políticos, de olhar o mundo só pela nossa ótica e não nos colocarmos na situação do outro. Imaginem a dificuldade das pessoas naquelas circunstâncias: privadas da visão, da condição de transporte, privadas muitas vezes da vista, como já disse, da audição e que ainda assim militam, ainda assim constroem associações, constroem entidades, reivindicam e vêm no Parlamento reivindicar algo que é seu direito.

Para nós que andamos, que vemos, muitas vezes não nos mobilizamos tanto quanto aqueles que são atingidos por essa dificuldade e nos dão exemplo de vida.

Portanto, sobre esse projeto que tramita hoje e que será retirado de pauta ou por uma, conforme acordo, ou por mais sessões e o ideal é que fosse por acordo também, nós devemos dar uma atenção especial e esses homens e mulheres que aqui estiveram.

Comumente, e todos sabem, este Deputado tem uma posição crítica em relação ao Governo mas também sei reconhecer as qualidades, principalmente valorizar as decisões inteligentes, decisões que trazem à tona um debate fundamental e importante para o Paraná e que valoriza instituições de grande valor. Falo aqui, Sr. Presidente, companheiros e companheiras, sobre a decisão do governo em transferir as contas correntes, contas salários, também as aplicações financeiras para dois bancos públicos: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Protocolo hoje um requerimento para que a distribuição entre essas duas instituições seja o mais equitativa possível. Antes mesmo de esta decisão ser tomada eu já havia me pronunciado no mesmo sentido porque são duas instituições bancárias públicas que investem na produção agrícola, que valorizam, com seus recursos, a criação de empregos. O Banco do Brasil, a mais antiga instituição bancária deste país tem, ao longo de toda a sua história, mostrado a que veio. E a Caixa Econômica Federal que liberou, com recursos do fundo de garantia, vinte mil moradias para o Estado do Paraná, conforme noticiado, além dos recursos federais a fundo perdido.

É comum, Sr. Presidente, Srs. Deputados, observarem o Presidente da Cohapar andar por este Estado anunciando moradia, neste ou naquele município. Eu tenho dito sempre quando o próprio Governador vem e diz, afirma, e eu acho um equívoco que o Governo Federal virou as costas para o Paraná, sempre repito que não se construiria uma só moradia popular, quanto mais vinte mil se não fosse esta parceria com o Governo Federal, parceria devida, obrigação da Caixa mas também obrigação de reconhecer quando de fato, ocorre!

A mesma coisa na Sanepar, na área de saneamento, a Caixa Econômica já emprestou para a Sanepar, levando em conta as dificuldades políticas do confronto entre acionistas, no bolo dessa empresa, dificuldade da implementação do ParanaSan, do empréstimo do Banco Japonês, foi a Caixa Econômica Federal que socorreu a Sanepar e as licitações em curso e em execução ocorrem em função também dessa parceria com o Governo Federal. O que diria da agricultura familiar em relação ao Banco do Brasil e ao agronegócio.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PT***

Portanto, ontem o Deputado Neivo Beraldin fez aqui, utilizando uma questão de ordem, uma emulação no sentido de que esta decisão foi a decisão mais acertada. Faço, portanto, e protocolo esse requerimento no sentido de que possamos ter uma distribuição o mais equitativa possível.

Além disso, não precisamos fazer licitação pública, porque se trata de duas instituições públicas. Com essa decisão certamente mais de cem novos postos da Caixa e do Banco do Brasil haverão de ser instalados, inclusive em cidades que não possuam agência bancária, cumprindo também uma outra função, ampliando agências, ampliando postos de trabalho. Portanto, essa foi uma decisão acertada.

Também quer reconhecer de público como membro da Comissão de Orçamento, como Deputado, assim como a Deputada Elza, Deputado Barbosa, Deputado Durval Amaral, Deputado José Maria que são da região de Londrina, reconhecer que após uma luta incessante, que não nasceu neste Governo, que vem do Governo anterior. Nós, da cidade de Londrina receberemos a assinatura da ordem de serviço de uma obra importante como a duplicação da avenida Carlos Strass. Uma região da cidade onde resido há dez anos. Muito importante que vai socializar, Deputado Barbosa como V. Exa. hoje, proprietário de uma emissora de rádio, que fez uma campanha em favor dessa duplicação na época do Governador Jaime Lerner. Nós que, como Vereadores, nos mobilizamos lá na região, toda comunidade londrinense, nós que fizemos essa campanha, fizemos emendas parlamentares, pleiteamos e agora, portanto, essa acolhida.

O Deputado Ademir Bier sabe bem das polêmicas que essa rodovia já deu dentro da Comissão de Orça-

mento. Faço esses dois paralelos para dizer, sem uma parceria entre os governos do Estado e Federal, entre os municípios, por mais que os discursos políticos muitas vezes tomem conta da luta política. A luta política é razoável, mas ela tem que ser superada. Ouvi também o Deputado Scarpellini falando da desesperança, falando dos problemas da nossa juventude.

Mas em nenhum momento, Deputado, teve programas sociais que visem, ainda que não consigam realizá-las, a inclusão social como ocorre não só com o bolsa-família, não só com projetos, com programas interessantes e também não pode ser realizado senão com a parceria dos Governos Federal e Estadual e também com os municípios.

Muito do que se realizar, muito daquilo que é a vontade de se realizar, seja de Governo Federal, Governo Estadual, do conjunto dos Deputados, aquilo que queremos só é possível realizar quando de fato há uma parceria. Veja o exemplo da habitação popular que já citei, o ex-Deputado Romanelli, que deve pleitear uma vaga nesta Casa, ele tem visitado os municípios e às vezes se esquece de citar que o recurso tem origem do Governo Federal.

Esse movimento que o Chefe do Executivo Estadual faz é importante, é fundamental, valoriza as instituições públicas.

Mas, Deputado Rossoni, para além dos elogios quero alertar, fala-se muito na questão da Inter Brasil, que veio operar aqui, por que veio e tal. Acho que precisamos de esclarecimentos mais profundos em relação a isso. As seguradoras que operam com governos, mesmo com Assembléias e com Câmara de Vereadores, isso corre neste Estado e em municípios e prefeituras também. É importante que a Assembléia saiba exatamente quais são essas seguradoras, quando ocorrem as renovações. Inclusive, não só seguro de patrimônio estadual, seguro de vida de servidores que é feito via desconto em folha, que é algo anormal que devemos dar atenção, porque também poderiam ser destinados às entidades de seguro públicas ou de parceria pública.

## **O Sr. Neivo Beraldin (PDT) (Aparte)**

Quero agradecer o aparte que V. Exa. me concede, e estender também um pouco mais aquilo que disse ontem cumprimentando o Governo em relação à atitude que tomou passando o dinheiro público para a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Ele, como essa atitude, está atendendo a Constituição Federal e Estadual que determinam que o dinheiro público fique em banco público.

Era também muito estranho convivemos com uma situação como aquela da exclusividade do Banco Itaú, num contrato inicialmente vencido por cinco anos, no edital, depois, três anos, antes de vencer os cinco anos, o Governador renovou por mais cinco anos. Então, era uma coisa impressionantemente ilegal, imoral, injusta e, certamente, o governo teve uma boa iniciativa.

Precisamos mesmo da parceria junto ao Governo Federal, porque os impostos, o grande volume da receita pública, está nas mãos do Governo Federal, enquanto os municípios e os estados estão empobrecendo ao longo do tempo. Precisamos reverter esse processo fazendo com que os municípios e os estados possam ter mais recursos, porque onde mora o cidadão é exatamente no município, no Estado.

Muito obrigado.

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

V. Exa. falou sobre o programa de habitação. Realmente, tenho visto o Deputado Romanelli fazendo os convênios, só que com o dinheiro da Caixa Econômica. Porque o Governo do Estado, a bem da verdade, vem colocando uma quantia irrisória no programa de habitação do Paraná e, isso está criando uma dificuldade muito grande inclusive para a própria Cohapar.

Muito obrigado.

**O Sr. Elton Carlos Welter (PT) (Aparte)**

O pronunciamento em relação a transferir as contas municipais para o Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Eu falava com o Superintendente do Banco do Brasil; vai possibilitar a abertura de aproximadamente uma centena de agências bancárias em municípios pequenos. Isso é muito importante para muitas prefeituras de todo o Estado.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Fundamental, inclusive, porque tem ISS das prefeituras. Muitas vezes desconhecemos exatamente esse caráter. Hoje, também, já está em curso o pagamento do ISS. Muitas prefeituras têm dificuldade de fonte de recurso e esse seria um objeto importante.

Gostaria de dizer, finalizando um estudo, Sr. Presidente, sobre aquela consideração do Neivo Beraldin. Primeiro: há um projeto no Congresso cobrando 1% a mais do FPM. Parado sabe por quê? Reforma tributária? Porque os governos estaduais não se acertam.

Temos uma crise em curso, mas não é motivo para não votar nada no Congresso. Se os Deputados Federais ganhassem por produtividade, acho que teria família de Parlamentar passando necessidade.

Se há alguém para ser responsabilizado sobre isso, é o Parlamento Federal que precisa votar essa reforma tributária, ainda que se tenha uma crise política. (A MP do bem, por mais que tenha tido dificuldade de voto). Acho que essa é uma outra questão.

Estamos finalizando um estudo sobre a FPM, município por município, para mostrar quanto recebeu cada município, e se de fato teve queda do FPM. É bom esperarmos, em quinze dias está pronto o estudo, e analisarmos. Talvez tenhamos que perguntar: o que fizeram exatamente com esses recursos? Porque questionar, os prefeitos são muito valentes com o Governo Federal, agora os 12% da saúde, a questão do transporte escolar,

eles jogam muito aliviados. Precisam questionar também a nível estadual, porque a responsabilidade não é só do Governo Federal, mas também do Governo Estadual. Também volto a me congratular com o Governador por essas duas iniciativas: a Caixa Econômica e o Banco do Brasil.

### ***Horário das Lideranças:***

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Horário da Liderança do PMR, Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR***

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje voltamos a esta tribuna para falar um pouco mais da saúde, até porque o tema do momento é a saúde. Estamos trabalhando nos últimos dias com o Dr. Cláudio Xavier, Dr. Manoel, Dr. Gilberto, no sentido de, aos poucos ir melhorando essas questões das UTI's, principalmente na região dos Campos Gerais.

Agora à tarde conversávamos com o hospital Santa Casa em Ponta Grossa e já temos a liberação do Governo do Estado para que mais dez leitos de UTI sejam instalados em Ponta Grossa. Tínhamos dezoito leitos de UTI em 2003. Com o comando do nosso Governador Roberto Requião, os leitos subiram para 28. Logo em seguida tivemos uma dificuldade com os hospitais e acabou caindo para dezoito.

Então, tínhamos dezoito leitos em 2003, nesse período do Governo Requião. Hoje, são 36 leitos em Ponta Grossa.

Deputado Rossoni, V. Exa. quando usa da palavra sempre procurando colocar os dados - e eu também concordo com V. Exa. que voltar ao passado é difícil de entender. Temos que progredir - temos 36 leitos colocados em Ponta Grossa. Desses 36, mais nove leitos estão sendo colocados agora, até o final do mês, no hospital Ana Menarim, de Castro, que nunca teve na sua história um leito de UTI.

O hospital pediátrico João Vargas de Oliveira, de Ponta Grossa, também obteve autorização, e o Prefeito Pedro Vosgrau Filho já está providenciando colocar seis leitos de UTI pediátrica, que nunca teve história das UTI's de Ponta Grossa. Já está autorizado pelo Governo. Só depende da questão do local onde foi planejado para fazer a UTI pediátrica. Isso vai ser resolvido pela Prefeitura de Ponta Grossa.

Conversamos com a Santa Casa há pouco, Deputado Plauto, V. Exa. que também tem cobrado leitos de UTI's e a Santa Casa deve também colocar mais cinco leitos o quanto antes, tão logo receba os equipamentos, e vai colocar mais quatro leitos neonatal, passando então a

dez leitos neonatal, como nunca houve antes na história de Ponta Grossa.

Aí, iríamos para 43 leitos na região. Isso está acontecendo. Às vezes demora um pouco, em função até das dificuldades que alguns hospitais têm de adaptação. O governo tem comprado inclusive leitos que são particulares e pagos diretamente para evitar que as pessoas fiquem sem leitos. Mas é claro que precisamos avançar.

O governo liberou um adicional de cinquenta mil reais ao mês, retroativo a outubro, para o hospital Dr. Feitosa, de Telêmaco Borba, que vinha tendo prejuízos mensais na UTI e uma UTI muito importante que atende basicamente o SUS; o Governador liberou cinquenta mil reais e que passa a partir de agora a fazer parte de investimentos do Estado.

Mais uma boa notícia para os Campos Gerais: o hospital de Carambeí, que nunca funcionou, e o Deputado Stica já esteve lá no começo do mandato. O Deputado Nereu Moura também teve a sua participação, o Deputado Alexandre Curi também reivindicou, o Deputado Bradock. O hospital de Carambeí agora está nos tratamentos finais para abrir, em parceria com o Município e com o Hospital Vicentino. É mais um hospital que vai funcionar. Na quinta-feira, inaugura o Samu, em Ponta Grossa. No Samu, todo o treinamento do pessoal foi pago pelo Estado do Paraná: quarenta mil reais o Estado pagou para colocar o Samu, treinar os profissionais. E vai pagar 25% do convênio, junto com a Prefeitura, e 50% o Governo Federal. Deputado André Vargas, que falava e elogiava - porque é preciso elogiar as coisas boas - é claro que sim! Então, só aí é mais um investimento.

E o governo, fora disso, anunciou também, ainda no que se refere a Carambeí, a liberação de um milhão de reais para o acesso a Perdigão, por fora, por trás do pedágio, que vai beneficiar a Perdigão e o acesso às indústrias de Carambeí e que vai gerar empregos e investimentos.

Então, esses são alguns investimentos. E mais uma novidade: Paranavaí. Via, ontem, o Deputado Scarpellini cobrar mais investimentos para a sua região, a região de Paranavaí. Inaugura, na sexta-feira, na Santa Casa de Paranavaí, seis leitos de UTI neonatal. Em Paranavaí, não é minha região. Mas, hoje pela manhã, o Dr. Gilberto, o Dr. Cláudio comunicavam a importância dessas UTI's, que aliás já inauguraram na sexta-feira passada. Já estão funcionando seis leitos neonatal na cidade de Paranavaí.

Então, são investimentos que estão acontecendo na área da saúde. Claro que precisamos investir mais. Precisamos avançar. Estamos otimistas com a construção desse novo hospital em Ponta Grossa, que vai representar quinze milhões de obras mais os equipamentos, que acreditamos seja mais dez milhões. Mais trinta mil leitos de UTI's previstos no projeto. Então, veja a que progresso vamos chegar se continuarmos neste caminho.

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Muito obrigado pelo aparte, Deputado. V. Exa. dizia que Ponta Grossa aumentou o número de UTI's. É verdade que o Hospital Vicentino colocou dez leitos. E a Secretaria do Estado simplesmente deu autorização para que fosse escrito para poder receber pacientes pelo SUS.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Pagou sem convênio, pagou por conta da própria Secretaria, sem estar no convênio. Bancou. Está bancando seis leitos e mais dois, são leitos do Hospital Vicentino...

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Dez leitos.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Dois são particulares. Está pagando sem convênio com o Governo Federal.

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Mas, simplesmente me ocorreu o Hospital Vicentino porque estive lá e tenho alguns amigos médicos que trabalham lá.

Mas, olha nossa discussão, aqui: V. Exa. disse que foi liberado não sei quanto para Paranavaí, mais cinquenta milhões para não sei quem, mais o gasto e não sei quanto para o hospital tal, estamos ganhando UTI's no Estado, estamos investindo mais em saúde. Mas, nós não estamos falando aquilo que é fundamental, que é orçamento público que votamos o ano passado, para investimentos em saúde. Era isto o que deveríamos discutir hoje. Se é que foi cumprido o que foi destinado para a saúde. Se é que foi cumprido o orçamento que foi destinado para a segurança, porque nos temos este dever constitucional e legal.

Por isso, teremos, nos próximos dias, mais uma luta: vamos votar o orçamento do ano que vem. O governo anuncia que o orçamento será em torno de dezessete bilhões de reais. Isto não é verdade, porque o orçamento deste ano não foi realizado além de onze bilhões de reais.

Então, o governo anuncia e os Deputados aprovam um super-orçamento e depois o governo passa a depender de remeter mensagem pedindo verba suplementar para isto ou para aquilo. Nós precisamos engessar o governo, nós precisamos fiscalizar o orçamento, é esse o dever desta Casa.

Acho que não é favor nenhum, logo após a aprovação do orçamento por esta Casa, que o governo cumpra com todo o rigor o orçamento. E certamente não nos conforta essa situação da saúde pública no Estado do Paraná, nós precisamos que pese a boa gestão da equipe do Dr. Cláudio, que pese a boa vontade de toda a sua equipe da Secretaria da Saúde; nós ainda estamos assistindo notícias e menchetes que não nos confortam.

Mas, gostaria de acentuar mais uma vez a V. Exa., temos que acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários, quanto será que foi gasto em saúde dos 12% que esta Casa aprovou, incluindo saneamento básico? Essa análise que é preciso ser feita, essa análise que é preciso ser perseguida, porque nós não podemos fazer simplesmente discusso e anúncios daquilo que já foi aprovado, que é a peça orçamentária.

#### O SR. JOCELITO CANTO ( PTB)

Agradeço o aparte, Deputado Neivo Beraldin, sempre muito preocupado com a questão orçamentária. Eu me preocupo com o orçamento, sim, Deputado Neivo, mas eu fico feliz de ver as obras sendo liberadas, as UTI's funcionando, as coisas melhorando no Estado do Paraná. Fico muito feliz com isso.

Eu queria encerrar, Sr. Presidente, dizendo que protocolei nesta Casa hoje, um projeto que dispõe sobre o parcelamento de débito junto à Receita Estadual, projeto para beneficiar pequenos e médios empresários, protocolo também um projeto que elimina a permanência de corpos no Instituto Médico Legal do Paraná em três horas, e protocolei um projeto de lei que determina a utilização de dispositivo de segurança para prover melhores condições de visibilidade noturna nos trens que transitam pelas vias férreas no Estado do Paraná. Nós estamos, Deputada Elza, criando uma lei que os trens sejam obrigados a colocar aquele mesmo sinalizador que tem nos caminhões, aquele sinalizador que aparece quando coloca luz para evitar acidentes urbanos, aqueles adsivos, que têm ocorrido muito aqui no Estado do Paraná, principalmente em Ponta Grossa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, Deputado Barbosa Neto, pelo PDT.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

#### O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando subi à tribuna desta Assembléia Legislativa há alguns meses para anunciar a morte de pessoas por falta de leitos de UTI no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, muita gente questionou, dizendo que nós estávamos exagerando, carregando nas tintas, que era na verdade algo inventado, ou que haviam superlativos nas nossas palavras. E agora, lamentavelmente, aquilo que nós havíamos denunciado lá atrás, aquilo que o Ministério Público de Londrina estava já investigando, infelizmente está confirmado. No Hospital Universitário pelo menos vinte e sete pessoas morreram, num levantamento preliminar, por falta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva. E agora essa denúncia que tem uma gravidade muito maior do que possamos supor, que

a falta de leito de UTI mata por dia três pessoas no Estado do Paraná. Não são dados deste Deputado, um levantamento oficial feito pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Realmente é algo assustador, são 5.275 pessoas que morreram de janeiro de 2003 a outubro de 2005 aguardando vagas nas unidades especializadas. E o que é mais grave diante de tudo isso é o fato de o governo ter escondido da população.

E agora a Secretaria da Saúde culpa a central de leitos.

Pasmem, Sras. e Srs. Deputados, a central de leitos funcionava até o mês passado, doze horas por dia. Doze horas por dia! Até o disque-denúncia funciona 24 horas. Até borracheiro funciona 24 horas. E a central de leitos do Estado do Paraná funcionava, até o mês passado doze horas. E querem eleger culpados, o governo passado...

Não quero saber se é governo passado, futuro. São 5.275 mortes por falta de leitos de UTI. E a central de leitos funcionando doze horas por dia. Eu denunciava que era ambulância para cá, para lá. Paciente quem morreu no meio do caminho, porque se feriu gravemente em Santo Antonio da Platina e tinha que ser atendido em Ponta Grossa.

Ora, funcionar, uma central de leitos com meio expediente? É um absurdo! Até posto de saúde de ponta de vila funciona 24 horas por dia. Parece até matemática de comerciante que abre um restaurante e fecha na hora das refeições.

Não dá para ficar calado diante de tudo isso! Principalmente um governo que maquiou os investimentos constitucionais na área da saúde. Que misturou investimento com saneamento básico ou com a previdência, como se isso fosse investimento obrigatório previsto pela Carta Constitucional em saúde.

E agora estamos às vésperas de uma discussão importante, que é a questão do orçamento nesta Assembléia Legislativa. Está na hora dos Deputados se valorizarem. Está na hora fazerem valer as emendas. Não adianta fazer uma peça de ficção e tomar tempo da população. Fazer audiência pública regionalizada nas principais cidades do Paraná.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também lamentar o fato que já foi denunciado pela Bancada de Oposição nesta Casa com relação à questão da distribuição do Programa do Leite das Crianças. Também há suspeita de irregularidades; de desvio de função.

Lamentamos, com toda sinceridade, porque não podemos apostar na tese do quanto pior melhor. Tenho votado nesta Casa a favor do governo quando acho que é um bom projeto. Tenho criticado e apontado, e até fui elogiado pelo Governador quando havia erros que passaram despercebidos nesta Casa.

Um programa como este que estamos tomando conhecimento de o litro do leite está sendo superdimensionado no seu valor, na venda para o Governo do Estado. Realmente é lamentável! Os que fornecem o leite para o governo vendem no mercado a R\$ 0,65 o litro e a R\$ 0,91

os produtores entregam para as cooperativas repassarem esse litro para o Governo do Estado. É profundamente lamentável.

Só durante este mês foram investidos 4 milhões 790 mil reais para comprar cerca de trinta litros de leite por mês para 175 mil crianças cadastradas no programa.

O governo poderia ter economizado um milhão, 360 mil reais por mês se o litro de leite fosse vendido ao valor de mercado.

Isso realmente, nós questionamos. É bem verdade que o coordenador do programa admitiu essas falhas após as denúncias que foram apresentadas pela imprensa e vai pagar um valor a menor, mas realmente nós não podemos calar diante de uma denúncia gravíssima como essa.

**O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)**

Concede um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Nobre Deputado Barbosa Neto, estou preparando um pronunciamento para amanhã, exatamente sobre o superfaturamento na compra do leite das crianças com menor poder aquisitivo. O Governo do Estado do Paraná criou esse programa e estão superfaturando o preço do leite. No supermercado, a população compra o leite a R\$ 0,65; o Governo do Estado está coprando a R\$ 0,91; R\$ 0,26 a mais estão pagando.

Acho que essa é uma matéria para nós encaminharmos para o Ministério Público poder investigar, porque alguém está levando vantagem, alguém está ficando com essa diferença do preço do leite e nós precisamos nos aprofundar, porque desviar dinheiro das crianças pobres do nosso Estado não dá para aceitar. Isso não dá para aceitar!

Durante o período eleitoral é um discurso: o discurso da defesa das crianças, das pessoas menos favorecidas e, depois, o superfaturamento. Deputado, 40% é o superfaturamento na compra do leite. Olha, repito: não aceito. Amanhã, quero retornar a esse tema, a essa discussão e temos que informar o Estado do Paraná o que é que está acontecendo nesse programa que era para servir as crianças pobres e parece que está servindo a outros que estão coordenando esse programa.

Obrigado!

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Plauto Miró Guimarães.

Apenas para concluir, o programa leite das crianças já está sendo investigado pelo Ministério Público.

**O Sr. Antônio Anibelli (PMDB)**

Deputado Barbosa, só para contradizer, aproveitando a oportunidade do aparte de V. Exa...

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Por gentileza.

**O Sr. Antônio Anibelli (PMDB)**

Deputado Plauto, desculpe-me, mas V. Exa. não é mau caráter a tal ponto de achar que o governo está superfaturando o leite.

V. Exa. meça suas palavras, não está sendo coreto. Proponha uma CPI, faça qualquer coisa, quero desmoralizar V. Exa. vendo quanto V. Exa. recebeu na Comunicação Social, no governo passado. Falam em trezentos mil reais por mês que V. Exa. recebia, Deputado! Eu falava com o Deputado Jocelito e eu vou trazer a V. Exa.! Ou V. Exa. prova o que está dizendo ou eu provo; ou V. Exa. renuncia o mandato ou eu renuncio o meu! Vamos ver quem!

V. Exa. fala em UTI, tem razão, mas não venha com mau caráterismo dizer essa barbaridade! V. Exa. é ventríloquo de um jornal, de qualquer coisa! V. Exa. está sendo mau caráter. Desculpe-me, V. Exa., sempre o respeitei, mas não aceito essa mentira de V. Exa.

**O SR. NEIVO BERALDIN (PMDB)**

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Quero ponderar a V. Exa. que amenize os ânimos dos Deputados, sobretudo do Deputado Anibelli, retirando o seu som, porque há palavras ofensivas. O Parlamento não comporta esse tipo de discussão. Então, acho que V. Exa. deveria colocar ordem na discussão. Agradeço muito a sua permissão de falar Pela Ordem.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

O Deputado Barbosa Neto traz a esta Casa uma denúncia que o jornal Gazeta do Povo faz com relação à compra do leite das crianças do Estado do Paraná, inclusive o funcionário do Programa Leite da Criança confirma que o valor que foi pago pela compra foi um valor a mais. Está na matéria; está o nome da pessoa que faz parte desse programa. Só quero aqui registrar, Sr. Presidente. Está nos jornais.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Sr. Presidente, apenas para concluir, acho que até fugimos do tema em questão, acho que temos que ter responsabilidade em relação a esses assuntos e creio que até fui responsável durante o meu pronunciamento.

Quero encerrar dizendo que o Ministério Público do Estado do Paraná e o Tribunal de Contas já estão investigando essas denúncias e é nossa missão, nossa obrigação trazer até esta Casa essa discussão, porque às vezes o governo não tem conhecimento de tudo o que acontece. E nós temos que estar atentos e vigilantes porque somos pagos para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Sr. Presidente, Pela Ordem.

**(Assentimento)**

Com relação a essa questão do superfaturamento da compra do leite, queria informar aos nobres Deputados, que aqui na Casa tem uma pessoa que pertence a um laticínio, quer vender leite para o governo, veio nos falar. É claro, com essa onda, essa epidemia de febre aftosa, V. Exa. sabe que está sobrando leite no Paraná, e muito. Claro que baixa o preço. Mas, o Governo do Estado está pagando o preço justo. Se tivesse pagando mal, estariam dizendo que o governo está matando os produtores, pagando preço inferior. O governo tem sido corretíssimo.

Respeito os Deputados quando questionam, mas não tem razão essa falácia do preço do leite.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

V. Exa. terá o tempo da Liderança do Governo para não darmos precedentes.

Passamos à Liderança do PFL, Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães***

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Está aqui de novo o jornal Gazeta do Povo trazendo uma denúncia que considero das mais sérias feitas até o dia de hoje, com relação à administração do Governo do Estado do Paraná.

A matéria traz que o leite que está sendo comprado para o Programa Leite das Crianças, está sendo comprado mais caro. Por R\$ 0,65 é o preço que o supermercado vende. E o Governo do Estado pagou R\$ 0,91 o litro do leite, 40% a mais. Isso saiu na Gazeta do Povo, Durval Amaral, nosso nobre Deputado, de sexta-feira na primeira página.

Estamos reproduzindo aquilo que a imprensa divulgou e um funcionário do Governo do Estado, o Sr. Osmar Buzinhani confirma que foi pago a mais. Ninguém está mentindo, ninguém está inventando.

Agora, quero dizer: “no grito, não”. Estamos trazendo uma denúncia que tem que ser investigada porque desvio de dinheiro para comprar leite das crianças pobres, não dá para aceitar! Se realmente está acontecendo, não dá para aceitar. E como falei, a discussão está aberta. Provem que não é verdade!

Pois o o próprio funcionário da Secretaria confirmou que pagaram mais caro. Acho que a explicação tem que ser dada ao povo do Paraná.

Repito: Não é possível aceitarmos que na compra do leite das crianças pobres há superfaturamento.

Quero que a Bancada do Governo, o Deputado Dobrandino nos traga essa explicação, porque o próprio funcionário do Governo do Estado, que coordena o Programa do Leite confirmou que pagou 40% mais caro.

Então, quero dizer que tem que ser explicada e “no grito ninguém leva”. Nós somos coerentes; no passado fiz parte da Base do Governo, respeitei as críticas e foram

muitas. Agora, inverteu. Estamos fazendo aquele papel que vocês faziam. Estamos trazendo as denúncias, questionando, estamos discutindo.

E essa é a denúncia mais séria que considero do Governo porque repito: não posso acreditar que estão comprando leite mais caro, sendo que esse dinheiro era para alimentar as crianças pobres do nosso Estado.

Com aparte, Deputado Valdir Rossoni.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Plauto, nós não conversamos, eu estava aqui com o meu pronunciamento sobre essa questão do leite. Mas, como a questão esquentou, acho que seria muito bom, quem sou eu para dar conselho para o Governador ou para o próprio governo, mas para o meu amigo Dobrandino, que é líder e que temos tido bom relacionamento como Líder da Oposição, acho que a denúncia feita pela Gazeta do Povo, tem que ser levada a sério.

Agora, nada melhor do que o governo trazer as explicações. Porque estamos nos atendo a duas posições, Deputado Dobrandino. Primeiro, quando estive nesta Casa, Luiz Henrique Bonaterra, naquela famigerada Sessão Especial, onde foi dito que ele iria falar “cobras e lagartos” e que na verdade ele só enrolou. Fui uma das pessoas que o contestou. Mas nas entrelinhas, Deputado Plauto, ele disse que havia desvio de recursos no Programa do Leite.

Agora vem a denúncia da Gazeta que é o jornal que quando elogia o governo todos aplaudem, mas quando mostra a ferida... De repente pode estar a Gazeta equivocada? Pode. Mas o governo deve uma explicação à sociedade. Foi levantada uma questão. Há uma declaração do Luiz Henrique Bonaterra, há meses atrás nesta Casa. Há uma reportagem da Gazeta baseada em entrevistas, que cita os números. Ela é clara na denúncia dos laticínios, com venda de água, hoje, de R\$ 0,26, o que é muito alto. Porque nos grandes supermercados você paga R\$ 0,65. O governo está pagando R\$ 0,91.

Precisamos de uma explicação. Não queremos fazer pré-julgamento, mas seria muito bom vermos o Líder do Governo nos trazendo os números, os dados, porque o papel da Oposição é principalmente fiscalizar. Por esta razão, que para o bom-senso, nada melhor do que termos essa explicação.

Muito obrigado, Deputado.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral.

**O Sr. Durval Amaral (PFL)**

Nobre Deputado, V. Exa. cumpre o seu papel e tenho certeza que o Governador não vai ficar irado, nervoso, com esta denúncia de V. Exa. Muito pelo contrário. A Oposição cumpre o seu papel, denuncia e isso serve de alerta para que o governo não cometa erros e para que esses erros não se tornem, indefensáveis, para que amanhã ou depois os próprios Deputados da Base do

Governo, não tenham que chorar no plenário, o leite derramado.

Se há uma diferença de 24 ou 25 centavos, que isoladamente pode ser uma pequena diferença, mas no volume ela é bastante significativa - um milhão e 800 mil - tem que ser investigada. Não precisa de nenhum tipo de indagação. O que precisa realmente - e tenho certeza que o Governador assim o fará - é investigar e apurar as responsabilidades, saber quem são os responsáveis, como muito bem colocou o Deputado Valdir Rossoni. Isso é até uma notícia "requentada", porque o então Procurador Luiz Henrique Bonaterra já dizia das irregularidades, não só com relação ao Program do Leite, mas com relação ao Ceasa e outras questões mais. Há um adendo a ser feito, da falta de entrega do leite nos dias de domingo, que em tese estaria sendo cobrado também nesses dias. São questões que devem ser explicadas.

Tenho certeza que o Líder do PMDB, do governo, levará essa explicação ao Governador e ele, prontamente, vai se valer dessa denúncia da Oposição para estancar o problema, se houver. Se não estancar, efetivamente restará à Situação chorar o leite derramado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com relação à verba de comunicação social os números estão aí, os do passado e os de hoje. O Deputado Scarpellini, pelo que soube, tem uma relação de nomes que não vi ainda, mas vou pedir para ele me mostrar. Segundo ele, não são dados oficiais, são extra-oficiais. Estou curioso para saber, para poder pensar no passado e no presente. É fácil jogar pedra para trás. É duro fazer aquilo que é o certo e o correto.

Espero que o Governo do Estado do Paraná haja de acordo com o discurso e não na gritaria, pensando que vai modificar alguma coisa.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PSDB.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Essa questão do leite nós vamos aguardar, porque a Oposição cochilou e eu cochilei junto quando o Bonaterra falou. Ele falou em 40% e agora estamos verificando a Gazeta do Povo trazendo os números.

Vamos aguardar! Acho que o governo já silenciou muito tempo e na verdade é o seguinte, Deputado Plauto: se pagasse o preço dos grandes supermercados, porque o volume é grande - acho que até compraria mais barato - a diferença mensal seria de um milhão, 360 mil. Então, não é um valor desprezível. Se você olhar os 26 centavos é

desprezível, mas se você olhar o volume, não é. Por essa razão aguardamos o pronunciamento e as explicações de quem está gerindo o dinheiro público do Estado do Paraná.

Não vejo no plenário o ilustre Parlamentar Jocelito Canto. Mas, como estou sentindo que ele está se tornando aqui o "embaixador" do Secretário da Saúde, gostaria de - não é minha região, mas recebi de uma pessoa que está na tribuna de honra - fazer um pedido a ele, porque tem um hospital em Santo Antônio da Platina, segundo um cidadão me falou aqui e se estiver equivocado me corrijam, tem um hospital pronto, até com os lençóis, equipamentos, etc.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Há três anos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Há três anos e não foi aberto.

Então, já que o Deputado Jocelito tem uma força muito grande, pelo que vejo, com o Secretário da Saúde, aproveite para abrir esse hospital que faz três anos que está pronto.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Concede-me um aparte, nobre Deputado?

(Assentimento)

Só a respeito do hospital de Santo Antônio da Platina, que fica ao lado da BR, perto do Parque de Exposições da cidade. Só para V. Exa. ter uma idéia, Deputado Valdir Rossoni, a tinta desse hospital - veja a qualidade - tem a duração de vinte anos - e estou falando da tinta externa - é uma tecnologia americana. Os equipamentos são os melhores do mundo dentro do hospital e o hospital continua fechado.

Aí V. Exa. acompanhou, lá daquela região do Norte pioneiro, uma ambulância em um acidente que morreram sete pessoas, que foi lembrado inclusive aqui pelo Deputado Barbosa Neto, desta tribuna.

Então, voltamos a ter no Paraná a "perambulância". É ambulância que vai e ambulância que vem! Hoje em dia - os demais Deputados sabem disso, porque não estou inventando nada - quando uma Prefeitura do interior recebe uma ambulância, é motivo de festa, de feriado municipal. É prioridade ou não é mais importante abrir aquele hospital, muito bem lembrado por V. Exa.?

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Tenho ainda o Horário da Oposição, mas gostaria de dedicar os meus minutos finais, porque preciso fazer um comentário sobre o programa Roda Viva de ontem. Vamos esgotar esse assunto no Horário da Liderança do PSDB para depois entrarmos no programa Roda Viva.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.



**O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Deputado Valdir Rossoni, estava ouvindo atentamente, apesar de não estar aqui, mas estava em um compromisso no gabinete. Ouvi o seu pronunciamento, ouvi o pronunciamento do Deputado Plauto, ouvi as contestações do Deputado Jocelito, “embaixador” do Secretário da Saúde, e quero crer que esse é o momento oportuno para voltarmos a falar sobre esse tema palpitante.

Lembro-me que fiz um Grande Expediente nesta Casa, onde eu levantava a problemática da saúde no Brasil e a trouxe para o Estado do Paraná. Tudo aquilo que ocorreu no Rio de Janeiro, quando o Presidente Lula, através do Ministro da Saúde, fez a intervenção dos hospitais. Mas, não vou me ater a isso, apenas gostaria de fazer um breve comentário: estão brincando de fazer saúde e politizando mais uma vez a saúde no Paraná. O Governador Requião anuncia aos quatro cantos deste Estado que, através de outdoor, nunca se investiu tanto na saúde deste Estado como agora. Cada região tem um hospital regional, mas até agora, Deputado Valdir Rossoni, nenhum hospital começou e os que vão começar, porque devem licitar lá por dezembro, janeiro, e lá por abril ou maio as quatro paredes deverão estar levantadas para o discurso de outubro. E aí o “pepino” vai ficar nas mãos dos Srs. Prefeitos.

A manutenção de um hospital regional fica na casa de cinco a seis milhões de reais por mês, e o Estado não assume esse compromisso.

Portanto, é um discurso demagogo, está aí a imprensa noticiando o que vem ocorrendo nas UTI's do Estado. Quero apenas, Deputado Valdir Rossoni, parabenizá-lo, e vou voltar ao tema com certeza, por esse assunto, porque realmente politizam a saúde no Paraná. É uma vergonha o que estão fazendo! A minha região, o município onde eu tenho a minha base eleitoral, Francisco Beltrão, aqui está a Deputada Luciana, não sou contra o hospital, pelo contrário, gostaria que fizesse, mas que o governo honrasse e não deixasse morrer nas portas dos hospitais os pacientes e que eles não tivessem que passear de ambulância do interior para Curitiba, porque não investem, não pagam a conta dos hospitais regionais.

Muito obrigado!

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Concedo um aparte ao Deputado Scarpellini.

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Deputado Rossoni, ontem o Deputado Jocelito disse que Ponta Grossa tem as UTI's cinco estrelas. Eu disse que em Apucarana e região é a UTI cinco cruzeiros, porque morre todo mundo sem ter UTI.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Apucarana tem uma gráfica cinco estrelas, eu sei.

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Eu não conheço.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Mas tem.

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Eu conheço lá o problema da antiga Santa Casa, que é o hospital da Previdência, que o Governo do Estado falou que iria privilegiar com uma verba, com uma ajuda, faz dez meses que as freiras têm o pedido na Secretaria da Saúde para a liberação de uma sala de cirurgia e um dinheiro para a ampliação e a compra de alguns equipamentos. É só ida de gente para lá e para cá. Já passou dos nove meses, já deu cria o pedido e não foi liberado nada ainda para Apucarana. A região inteira está com déficit de UTI, déficit de unidade de tratamento, de remédio que não tem. Então, esse atendimento não é aqui no Paraná, não é no Brasil e não é na cidade de Apucarana, não é em lugar nenhum, isso é atendimento apenas de televisão, de jornal e de rádio.

Muito obrigado!

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Quero dizer que, na verdade, o governo é virtual. Eu disse que se nós desligarmos a televisão, Deputado Elio Rusch, acaba o Governo. Você pode verificar inserções publicitárias, tudo é no futuro. Por exemplo, agora são cinco mil quilômetros de estradas que serão recuperados. Ora, se até agora recuperaram mil e cem, e já uns trezentos que foram mal recuperados e que deterioram nas últimas chuvas, e essa é a grande verdade, como é que vai fazer cinco mil quilômetros? Não é verdade isso! Aí vem a questão: vai construir um hospital em Francisco Beltrão?

**O Sr. Miltinho Pupio (PP)**

Deputado Rossoni, só um apartezinho para corrigir o Deputado Scarpellini: faz mais de dois anos que esse pedido está na Secretaria da Saúde para o hospital da Previdência de Apucarana - não são nove meses, são dois anos, já desmamou.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Já desmamou. Então, está bem.

O que quero aqui dizer é que acho que esse assunto da saúde está ficando tão polêmico e tão mal explicado e que temos que fazer um amplo debate porque não podemos mais acreditar na propaganda que é feita, porque isso é feito tudo para o futuro, é virtual, é a vontade. Até acho que tem vontade, mas na realidade não consegue inaugurar aquele que está pronto e aí é um direito que temos de fazer a cobrança.

Antes de encerrar, em nome da Deputada Cida, essa mulher que representa tão bem as mulheres, em especial do Paraná, cumprimentar, em nome dela e de todos os Deputados, o Prefeito de Doutor Camargo, que está aqui conosco.

Eu volto, Sr. Presidente, depois, no Horário da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário da Liderança do Governo, Deputado Ademir Bier.

## ***Liderança do Governo: Deputado Ademir Bier (PMDB)***

O SR. ADEMIR BIER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, ouvindo as palavras do Deputado Barbosa Neto, do Deputado Plauto Miró Guimarães, do Deputado Valdir Rossoni, da forma como foram colocadas que o Governo Requião estaria tirando dinheiro dos pobres, do leite, da forma como foi colocado não podemos aceitar! Não podemos aceitar até porque defendemos um governo sério!

Nunca, em tempo algum poderíamos, em sã consciência, aceitar uma acusação da forma como foi feita. Entendemos que o papel da Oposição é este mesmo: de criticar, de buscar aquilo que não é correto, como fizemos por quatro anos aqui, de um governo que tinha que escolher matéria para poder divulgar, de tão corrupto que era!

No entanto, temos que esclarecer a questão do leite das crianças. No dia que saiu a matéria na Gazeta do Povo, estávamos em companhia do Vice-Governador, inaugurando no Oeste do Paraná uma rodovia ligando os municípios de Quatro Pontes e Toledo, em companhia do Deputado Duílio Genari, do Deputado Elton Welter, numa obra sonhada há mais de trinta anos por aquela comunidade, iniciada no Governo anterior, parada por falta de pagamento.

Mas, quero me ater aqui à questão do leite das crianças. Fiz parte, junto com o Vice-Governador, Orlando Pessuti, da CPI do Leite e dos Alimentos. Inclusive eu era sub-relator dessa comissão e outros companheiros aqui participaram. Uma CPI que deu resultado, que foi importante para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e teve resultados realmente fantásticos. Foi criado, através da CPI, o Conseleite, que é um conselho formado por produtores, pelas indústrias e gerenciado pela Universidade Federal do Paraná.

De que forma se chega ao preço médio do leite? Já faz anos que o processo que ocorre é esse: é feito o levantamento das notas emitidas pelas indústrias, em sigilo essas notas chegam à Universidade que vê de que forma é feito, é praticada no mercado, para dizer o preço que o produtor vai receber, esse preço médio. E assim foi feito.

Concedo o aparte ao Deputado Dobrandino.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Deputado Ademir Bier, gostaria de colaborar com seu pronunciamento. Os nobres Deputados da Oposição sabem muito bem que o governo não vai comprar o leite lá na fazenda todos os dias. É feita uma concorrência para isso. É claro que está havendo uma oscilação enorme, não apenas do leite, mas dos produtos agrícolas também. Que preço estava a soja há pouco tempo? Cinquenta reais a

saca, hoje está a vinte. O leite ultimamente tem baixado - estava falando agora com o Deputado Miltinho Pupio, que vendia, há poucos dias, Deputado Rossoni, o leite a 57 centavos e vende hoje a 37.

O que está havendo, na verdade, com esse problema da febre aftosa é uma sobre enorme de produtos no Estado e claro que baixa o preço. Mas não posso admitir quando falam que o governo está desviando o dinheiro do leite. Isso não é verdade. Este governo é um governo sério. Ocorre que o governo vinha pagando um preço justo, embora o leite seja destinado gratuitamente às crianças pobres, graças a este governo que tem alma, tem coração e tem seriedade e traz esse benefício às crianças sem penalizar o agricultor, que já vem penalizado ultimamente, pagando o preço justo.

Lógico, também concordo com V. Exa. quando diz que o ano que vem tem eleição, os Deputados da Oposição sei que estão preocupadíssimos, porque o Governo Requião tem hoje o reconhecimento muito grande do povo do Paraná. Mas contesto quando dizem que há desvio neste governo. Isso não é verdade. Vamos trazer, alguém da Secretaria da Agricultura para realmente, mais uma vez, falar dessa questão.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB)

Agradeço o aparte. O que ocorre é que a matéria que saiu na Gazeta do Povo interessa para a Oposição colocar. Não é contexto como um todo. Tive a oportunidade de ler a matéria toda, não diz isso que é colocado pela Oposição. Só para encerrar, para entender essa sistemática toda. O Osmar, que era assessor nosso na CPI, hoje é o coordenador do programa do leite. O que ocorreu? Isso ocorreu na nossa região, com uma empresa nossa lá de uma cooperativa, que é uma cooperativa séria, praticava o preço em torno de 0,92 e forneceu no mercado pelo excesso de leite, forneceu para alguns mercados da região a 0,65. Essa nota fiscal chegou na Secretaria da Agricultura e o governo pagou não os 0,92, pagou os 0,65 e foi praticado na nota. É assim que funciona. Não tem esse negócio de praticar acima daquilo que é praticado no mercado. Essa é a verdade que tem que ser dita e essa é a verdade de um governo que é sério, que faz um programa desse porque é um governo sério. Não podemos entender de outra forma.

Então, falando com o Osmar agora, nós vamos remeter ao Deputado Valdir Rossoni um relatório, que é de fácil entendimento. Até porque entendi, de acordo com a matéria na Gazeta do Povo, esse questionamento não existiu nem por parte do jornal. É com os olhos de quem queira entender a posição da matéria como um todo. O que ocorre é o seguinte: não foi pago esse preço, quando a nota chegou ao conhecimento da Secretaria da Agricultura, entraram em contato com a empresa e eles falaram que pagariam o preço praticado no mercado. E foi isso que ocorreu.

É isso que fazemos questão de remeter ao Deputado Valdir Rossoni com o esclarecimento, que sempre

era o grande sonho nosso, nos quatro anos passados, quando aqui, sequer passava um pedido de informação por mais simples que fosse. Queremos mesmo que a Oposição fiscalize o governo, esse é um governo que não tem medo de fiscalização, muito pelo contrário. Toda a fiscalização da Oposição nos ajuda a fazer um governo que todos nós sonhamos que é um governo sério e competente.

#### **A Sra. Elza Correia (PMDB)**

Queria colocar o seguinte: acho que podemos criticar a questão do Governo Requião nisso ou naquilo, porque isso faz parte da democracia, da Oposição. Agora, nada cai mais no vazio do que dizer que há prática de superfaturamento no Governo Requião, Aí já é forçar a barra, é um pouquinho demais. Aí é Oposição por oposição. É transformar a matéria numa verdade absoluta sem querer que seja estabelecida a verdade, também não é bom. Acho que tem que se estabelecer a verdade como V. Exa. está colocando neste momento.

É preciso que se diga que a questão desse projeto é extraordinariamente importante, não só pelo benefício que traz a essas mais de setenta mil crianças, porque é um leite enriquecido com vitaminas, ferro mas fundamentalmente porque recupera a bacia leiteira, os pequenos produtores, reorganiza aqueles pequenos produtores que vendiam com a carrocinha nos seus municípios. Então, é um projeto que tem a característica que vai além da mera distribuição do leite das crianças, como alguns Deputados fazem questão de colocar.

Portanto, esse é um conselho gestor, também, organizado pela sociedade civil, que administra, fiscaliza e acompanha diariamente esse projeto leite da crianças.

Essa é uma tese muito fácil de contestar em relação a essa denúncia da prática de superfaturamento que nada tem a ver com o Governo Roberto Requião.

#### **O SR. ADEMIR BIER (PMDB)**

Com aparte, Deputado Jocelito Canto.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)**

Deputado Bier, eu tinha pedido o aparte antecipadamente.

#### **O SR. ADEMIR BIER (PMDB)**

Desculpe-me. Eu assumo, Deputado Valdir, um compromisso de lhe trazer em mãos todas essas informações, na semana que vem.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Eu estava no gabinete, quando o Deputado Valdir gentilmente citou o meu nome. Gostaria de dizer o seguinte, Deputado Rossoni: não sou embaixador da saúde, eu sou embaixador de Ponta Grossa. Todas as coisas de saúde de Ponta Grossa, eu quero ser embaixador. Não sei a situação do hospital de Santo Antônio, porque

eu não sou Deputado de lá. Pratico voto distrital, só fico na minha região, mesmo não existindo voto distrital. Então, sou embaixador da saúde de Ponta Grossa, embaixador dos Campos Gerais.

A questão do leite, Deputado Bier, eu também vou falar algo, que quando Prefeito, acho muito sério essa denúncia de você acusar alguém que está superfaturando um programa tão lindo como esse que é o leite das crianças. E jamais acho que passaria pela cabeça de um governo que se propôs de fazer um plano, de levar o leite todo o dia às crianças mais humildes, de faturar o leite.

Agora tem um detalhe, não sei se isso ocorre. Quando Prefeito também fazia a licitação do frango e diziam que era superfaturado, porque no mercado custava cinquenta e a Prefeitura, às vezes, pagava um pouquinho mais. Mas, é que tem que entregar nos locais toda semana. O leite é também entregue em vários locais.

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Liderança da Oposição.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Para encerrar a questão do leite, Deputado Bier, não sei se me expressei corretamente, mas na verdade a minha fala, eu tenho os dados, os números, que foram fornecidos pela Gazeta. Quando V. Exa. afirma que não foram os números que a Gazeta deu. Não! São os números da Gazeta. Nós nos firmamos para pedir explicações. Nós não estamos denunciando. Quando nós nos firmamos para pedir explicações ao governo, nós nos firmamos na fala do Procurador Bonaterra, que já afirmou aqui, meses atrás, que existia o superfaturamento no leite, de 40%. Nós da Oposição dormimos no ponto.

Talvez, se há esse equívoco, se há isso a ser corrigido, se nós tivéssemos agido antes, não teria ocorrido. Por essa razão quero dizer a V. Exa., que nós temos tratado disso com cautela, com respeito aos números trazido pela Gazeta, pela denúncia feita aqui pelo Procurador do Estado, Bonaterra, falando de 40% de superfaturamento. Ele falou aqui! E nós dormindo no ponto.

Na verdade, fico satisfeito quando V. Exa. diz que trará os números. Mas, o melhor seria trazer os números, subir à tribuna e dar uma explicação, porque é salutar para o Poder Legislativo. Prova disso que nós estamos aqui cumprindo com o nosso papel.

Deputado Elton Welter com o aparte.

#### **O Sr. Elton Carlos Welter (PT)**

Com relação ao preço do leite das crianças. O leite das crianças, no edital de licitação, prevê que tem que ser enriquecido com algumas vitaminas, até para eficácia do programa. Então, ele tem um custo em tese maior. O latícinio que ganha a concorrência tem que colocar esses

ingredientes que são orientados pelos nutricionistas da Universidade Federal do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Vou entrar no último assunto.

Ontem, depois de aguardado mais de seis meses, o Presidente da República forjou uma entrevista coletiva. Porque na verdade quem assistiu, e eu sou uma pessoa que devo ter assistido desses mil, pelo menos desde que vivo na vida política uns cento e cinquenta. Toda segunda-feira é, sem nenhuma dúvida, um programa que eu assisto pela forma com que a Roda Vida entrevista as pessoas que lá vão, as lideranças, os empresários, enfim, todos os setores da nossa sociedade.

Tenho pelo programa Roda Viva a maior admiração. E até acho que faz falta esses programas de debates no Estado do Paraná. Se nós tivéssemos aqui um programa de televisão. Meu Presidente Hermas Brandão onde é que está a nossa televisão? Estamos aguardando a nossa televisão aqui para que possamos fazer uso. Em Santa Catarina tem, Rio Grande do Sul, São Paulo, o Paraná tem que estar na frente. Vamos trazer a televisão aqui e aí o debate fica mais acalorado e presença fica bem maior quando a televisão está aqui.

Mas ontem, fiquei na minha casa para assistir ao Roda Viva - eu disse: hoje vou assistir ao Roda Viva sem nenhuma dúvida o melhor programa da minha vida. Primeiro, o Presidente da República, o milésimo programa. Segundo, num momento em que a República passa por uma crise. O que eu vejo nesse programa, Acredito que dos mil programas que foram realizados, o mais falso da história, foi ontem. A maior prova que esse programa foi uma montagem foi a declaração do Governador Requião hoje na CBN dizendo que se envergonhava de ter visto aquele programa.

A grande verdade lá não era o Roda Viva e não era o Presidente Lula que estava presente. Era uma montagem daquelas mais grotescas da história do Brasil. Você não pergunta que eu preciso responder. Eu respondo e você não me contradiz ou não me contrapõe e ali ficaram naquele “lambe, lambe” como diz o caboclo, até o final do programa, que da metade para frente comecei a assistir outros programas. Porque não dava mais para agüentar aquela falsidade e achando que o povo brasileiro iria aceitar aquilo.

Agora, mesmo assim, com a montagem que foi feita nesse programa, teve algumas pérolas. Teve uma sim que vai ficar marcada para a história do Brasil. O povo brasileiro precisa de um homem como José Dirceu. Essa é uma pérola, é aquela que vem sendo ratificada todo dia de que não sabia de nada. A grande verdade que, se for pedir com rapidez ao Presidente da República se clareou o dia, pode ser dez horas da manhã, ele já diz não. Porque ele pensa que é alguma pergunta sobre o “mensalão e sobre a corrupção”. Está no subconsciente dele. Agora ele quer que investigue tudo, quer que condene os culpados. E aí vem o jogo mais baixo ainda. O

Presidente da República tirou outra pérola do seu palavrado. Ele diz que nunca viu uma Oposição tão raivosa quanto esta que está no Brasil. É só quem não participou dos últimos anos políticos no Brasil. Oposição raivosa? Esta Oposição que está aí, que vê tudo isto e não toma uma atitude? Que está tendo todo cuidado para não pedir o “empeachment” do Presidente? Estão tendo todo esse cuidado! Porque acredito no Deputado Osmar Serraglio e no Deputado Gustavo Fruet: no momento em que se comprova o “valerioduto” dos dez milhões e diz que vêm mais novidades aí, tudo o que está comprovado e o Presidente da República vem ontem e tira mais uma pérola: que não acredita no “mensalão”. Ora! O “mensalão” já corria aqui às conversas políticas no Paraná há muito tempo. Não é de agora. Há um ano atrás já se falava. Eu sei de deputados federais que disseram: “Ah, se eu soubesse, tinha eleito esse Lula há muito tempo antes!” Isto eu ouvi da boca de um Deputado Federal.

A grande verdade, não quero ser agressivo com os Deputados do PT, porque tenho por eles carinho, respeito e sei que os Deputados do Paraná não têm nada a ver com isto, mas eu tenho que registrar, porque na entrevista...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Peço para V. Exa. concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Na entrevista, num determinado momento, ele dá uma deslizada e quer atribuir ao governo anterior. A grande verdade, porque ele disse uma verdade no seu pronunciamento: com o tempo a gente vai aprendendo.

Eu espero, para encerrar meu pronunciamento, que esse três anos de aprendizado sirvam para que o Presidente Lula termine seu governo melhor, nesta situação em que nos encontramos, que causa náusea e nojo ao assistirmos os meios de comunicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

## *Ordem do Dia:*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 50 Srs. Deputados.

## *Leitura do Expediente*

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, requerendo a alteração da autoria do Projeto de Lei nº 223/2005, passando o mesmo a ser de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni e das Deputadas Cida Borghetti e Elza Correia. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3462, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se do país em viagem à França, Espanha e Portugal no período de 18 a 30 do corrente mês, acompanhando comitiva do Prefeito Municipal de Curitiba, na assinatura do Termo de Cooperação de Patrimônio Histórico e Planejamento Urbano, em Lisboa, e também participar da Conferência e Encontro Geral Anual da Eurocities, em Lyon. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3481, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para participar do Encontro com 26 Prefeitos, para a viabilização do hospital do Norte Pioneiro, em Ibaiti, no dia 09 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3499, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoioimento dos Deputados Duílio Genari, Francisco Bühler, Ângelo Vanhoni e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 09.11.2005 (quarta-feira) em Comissão Geral para a votação do Projeto de Lei nº 670/2005, que autoriza o Poder Executivo a constituir consórcio com a Eletrosul Central Elétrica S/A - Eletrosul, em empreendimentos de geração de energia elétrica localizada no Estado do Paraná. **Recebido; Protocole-se: De acordo com o artigo 107, parágrafo 2º do Regimento Interno. Inclua-se na próxima Sessão decorrido o prazo de 24 horas; À Diretoria de Apoio ao Plenário, para providências.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Este requerimento será votado no dia de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No dia de amanhã.

Requerimento nº 3498, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, com apoioimento dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Elio Rusch e Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando que o item 08 da pauta desta data seja primeiro a ser discutido e votado. **Aprovado.**

## Preferência de discussão

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

### 1ª Discussão

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, dispondo sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal Preventiva para Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. (**Publ. no DA nº 032/2005, de 26.04.2005, em Projetos de Lei, pág. 14**).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 223/2005

#### P A R E C E R :

##### Do Projeto

De autoria do Deputado Ângelo Vanhoni o Projeto de Lei nº 223/2005 visa instituir o Programa Estadual de Saúde Vocal Preventiva para Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação, com a finalidade de prevenir disfonias e outros males aos profissionais da área.

Em sua justificativa o autor assevera que: *os problemas da saúde vocal têm crescido assustadoramente. A voz como instrumento de trabalho tem sido utilizada intensamente em situações inadequadas por um número cada vez maior de pessoas...* Deixa o autor claro que os profissionais da educação no exercício do magistério formam um contingente expressivo propenso aos problemas da voz, prevendo então três tipos de ações: os programas preventivos; os exames periódicos e as mudanças de ação.

##### Do Parecer

A saúde é direito do cidadão e dever do Estado, na expressão da Carta Magna. De outra, o Poder Público, enquanto face externa do Estado, deve buscar os meios necessários para que a população, como um todo, e os agentes públicos, possam desempenhar suas atividades e possuir vida saudável. O Projeto de Lei nº 223/2005 se ajusta a tais premissas básicas, cercado de cuidados os agentes públicos no exercício do magistério, adequando suas atividades e dando-lhes condições de exercício em benefício da coletividade, através de programas de prevenção.

##### Do voto

Do exame legal e constitucional o Projeto de Lei nº 223/2005 encontra-se em condições de trâmite regular. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 223/2005

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de autoria do nobre Deputado Ângelo Vanhoni, visando instituir Programa Estadual de Saúde Vocal Preventiva para Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação.

Nos mesmos moldes da feliz manifestação da Comissão de Constituição e Justiça, a saúde é direito do cidadão e dever do Estado, conforme disposto na Carta Magna, e neste mister, os agentes públicos encarregados de externar a presença do Estado, principalmente no campo educacional, devem merecer atenção específica, a fim de bem desempenharem suas missões e, nesse sentido, a proposta do nobre Parlamentar vem ao encontro da premissa citada, instituindo um programa de largo alcance e de interesse coletivo.

Isto posto, somos de parecer favorável à regular tramitação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 24.10.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 223/2005  
VOTO EM SEPARADO

O Projeto de Lei nº 223/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, visa instituir o Programa Estadual de Saúde Vocal Preventiva para Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação.

Em 2003, a Deputada signatária apresentou o Projeto de Lei nº 261/2003, protocolado em 14.05.2003, sob nº 3673, dispondo sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal do Professor da Rede Estadual de Ensino.

A Comissão de Constituição e Justiça determinou a conversão do projeto de lei em indicação legislativa. Inclusive, a indicação desta Deputada já foi respondida pelo Secretário de Estado da Saúde, Sr. Cláudio Murilo Xavier, com o seguinte conteúdo:

*A Secretaria de Estado da Saúde, em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação, já em fevereiro de 2003 iniciou trabalho com as mesmas características, cuja proposta se enquadra à Indicação Legislativa nº 041.*

*O projeto foi lançado oficialmente em evento do Estado, no Conselho Regional de Medicina, com a presença de representantes, dos interessados e cerca de 400 professores da Rede Estadual.*

*A partir daquela data, novas fases do projeto anteriormente planejadas foram e estão sendo implantadas.*

Isto posto, solicitamos a devolução da matéria, com as cópias anexas, para o autor.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 223/2005

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente plano de lei é da lavra do nobre Deputado Ângelo Vanhoni, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal Preventiva para Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação e dá outras providências.

**Fundamentação**

Tal matéria já foi devidamente analisada pelas doutras Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde Pública, que emitiram os devidos pareceres favoráveis.

**Conclusão**

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, verifica que o projeto em tela, através da justificativa do autor, coloca que os problemas da saúde vocal vêm crescendo de forma assustadora. Esses problemas da voz vêm trazendo resultados negativos aos alunos, com prejuízos aos processos de aprendizagem.

Desta forma, não tendo encontrado nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de leis, é o nosso parecer favorável ao projeto de lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Em votação.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este projeto trata de uma questão muito simples: há algum tempo, a ciência médica, sobretudo na questão da fonoaudiologia, caracteriza as cordas vocais como um órgão do nosso corpo. E elas constituem-se como um instrumento de trabalho para diversas categorias profissionais, na vida moderna.

No começo do ano discuti com alguns fonoaudiólogos a importância de se constituir um programa de capacitação, de prevenção e de auxílio e algumas modificações no magistério no Estado do Paraná que pudessem prever e não permitir que algumas doenças das cordas vocais acontecessem com esses profissionais.

Fui surpreendido porque tramitava na Casa - quando apresentei o projeto - um outro, de iniciativa da Deputada Cida Borghetti, com o mesmo teor do meu. E ainda ontem, a Deputada Elza Correia estava discutindo junto com os professores da Rede Pública do Estado do Paraná, um projeto neste sentido.

Hoje apensei um requerimento à Assembléia Legislativa, pedindo que meu projeto não ficasse como de minha autoria apenas. Mas por um erro das Comissões,

acabou não levando a rubrica da Deputada Cida Borghetti, porque era para ser feito um substitutivo unindo os dois projetos. Então, há um requerimento na Mesa para que o projeto seja de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni e da Deputada Cida Borghetti, bem como da Deputada Elza Correia.

Fomos surpreendidos porque o Governo do Estado do Paraná, desde o mês de janeiro, através da Secretaria de Estado da Saúde, está implementando um programa de saúde vocal, para todos os funcionários públicos do Estado do Paraná, em especial aos professores. Estavam presentes - somente no início da Sessão - os médicos responsáveis por este programa e o Chefe de Gabinete do Secretário Cláudio Xavier, que veio a esta Casa emprestar seu apoio a esta iniciativa.

Estamos na primeira votação, e peço o apoio dos Srs. Deputados à votação deste projeto. É importante. Ele prevê, entre outras coisas, que de acordo com a disponibilidade de verbas do Governo do Estado, a modificação dos quadros-negros nas escolas públicas do Estado do Paraná; porque hoje, com a tecnologia que temos, é possível escrever naqueles quadros brancos com o pincel atômico e também, com o material químico que existe, a fácil remoção, o que traz qualidade de vida aos professores, porque o pó do giz, além de trazer problemas para as vias respiratórias também traz problema muito grande para as cordas vocais, e além disso é ruim para os estudantes das nossas escolas que estão em contato permanente com o pó de giz.

Então, o Governo do Estado, do ponto de vista preventivo, tendo recursos, deverá encaminhar a substituição dos quadros negros. Peço a votação dos Srs. Deputados, agradeço a compreensão dos senhores. Tenho certeza que este projeto será aprovado porque o Magistério do Estado do Paraná anseia já há algum tempo, um projeto dessa envergadura. Mas, já temos o que comemorar: a Secretaria de Estado da Saúde está implantando um programa dessa natureza. Agora transformado em lei vamos ter a garantia da perenidade para toda a rede pública.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Ângelo Vanhoni: como tínhamos conversado anteriormente com V. Exa. vamos determinar ao Departamento Legislativo que inclua o nome da Deputada Cida Borghetti no projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, eu apensei um requerimento com esse teor, por escrito, para fazer a correção necessária, e gostaria que a Mesa recebesse também a mesma solicitação em relação à Deputada Elza Correia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está aqui. Estamos dando por recebido, estamos determinando ao Departamento Legislativo as providências.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o projeto.

Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Voltará à pauta na Sessão de amanhã para ser votado em 2ª discussão.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***3ª Discussão***

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autorizando o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, ao município de Lupionópolis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda da CCJ: **Aprovada**. Projeto: **Aprovado**.

#### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, ao município de Goioerê. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. COM EMENDAS DA CCJ e COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emendas da CCJ e COPTC: **Aprovadas**. Projeto: **Aprovado**.

#### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, ao município de Goioerê. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDAS DA CCJ e COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emendas da CCJ e COPTC: **Aprovadas**. Projeto: **Aprovado**.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para fazer um comunicado à Casa, já está no site, Deputado Durval. O Procurador Bonaterra foi demitido. Agora, não sei se é coincidência da nossa fala, ou represália pela denúncia dele.

Aguardaremos, mas já está no site, foi demitido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/2005, que autoriza o Poder Executivo a, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, proceder cessão de uso ao município de Toledo, do imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DICUSSÃO. Emenda da CCJ: **Aprovada**. Projeto: **Aprovado**.

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 557/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/2005, que autoriza o Poder Executivo a, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, ceder à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marechal Cândido Rondon, o imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DICUSSÃO. Emenda da CCJ: **Aprovada**. Projeto: **Aprovado**.

### 2ª Discussão

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e outros. modificando a Lei nº 11.911, de 1 de dezembro de 1997, e dá outras providências. (transporte gratuito aos portadores de deficiências). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CDHCDC e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3469, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado por unanimidade**.

Em razão disso está prejudicado o requerimento do Deputado André Vargas.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 096/2004.

### 1ª Discussão

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tratando da rastreabilidade e certificação de produtos vegetais cuja produção seja garantidamente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e CAITCM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ e CAITCM. **Aprovado**. (Publ. no DA nº 080/2004, de 01/09/2004, em Projeto de Lei, pag. 05).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 332/2004

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, trata da rastreabilidade e certificação de produtos vegetais cuja produção seja garantidamente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça encontrou no que dispõe o artigo 133 da Constituição Estadual, que trata da iniciativa privativa do Poder Executivo, impedimento para o prosseguimento da proposição nesta Casa de Leis. A aprovação da presente matéria implicaria, também, em alterações no produto da receita prevista pela vigente lei orçamentária.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 332/2004, na forma de emenda substitutiva geral em anexo, que transfere ao Poder Executivo toda a regulamentação da matéria.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
NELSON JUSTUS - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 332/2004

Art. 1º Fica criado o Programa Paranaense de Rastreabilidade e Certificação de Produtos Vegetais cuja produção seja garantidamente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada, visando garantir a qualidade dos produtos agropecuários.

§ 1º A rastreabilidade é o processo de identificação que se faz necessário para o acompanhamento de todos os eventos, ocorrências, manejos, transferências e movimentações na produção vegetal.

§ 2º A certificação vegetal consiste no conjunto de procedimentos por cujo intermédio uma entidade certificadora reconhece ou atesta que o produto atende a requisitos pré-estabelecidos e inerentes aos produtos de origem vegetal.

§ 3º Os procedimentos a que se referem os parágrafos anteriores serão definidos pelo Poder Executivo.

§ 4º Incumbe aos órgãos competentes do Estado do Paraná a fiscalização do contido neste artigo.

Art. 2º Fica criado o “Selo Paraná” de qualidade de produtos de origem vegetal.

Parágrafo único. O “Selo Paraná” de qualidade será gerido por órgão da administração estadual.

Art. 3º Fica criado o Conselho Técnico Estadual de Rastreabilidade e Certificação - Conterc, vinculado diretamente à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e caberá ao Governo do Estado regulamentar o



referido conselho, estabelecer as suas funções e determinar os seus membros.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VOTO EM SEPARADO AO  
PROJETO DE LEI Nº 332/2004

**Relatório**

O projeto de lei acima epigraado, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi para este Legislativo, a fim de ser apreciado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta *tratar da rastreabilidade e certificação de produtos vegetais cuja produção seja garantidamente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada.* (sic)

O presente projeto de lei foi distribuído ao Deputado Nelson Justus, que apresentou parecer apontando óbice constitucional, mas que através da emenda substitutiva geral estaria presente o princípio da admissibilidade daquele projeto de lei, uma vez que *foi transferida ao Poder Executivo toda a regulamentação da matéria.* (sic)

É o relatório.

**Da Fundamentação do Parecer**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nosso voto é contrário, pois não estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Deputado Augustinho Zucchi, não estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Tanto o projeto de lei quanto o substitutivo apresentado pelo relator ferem o contido no inciso IV, do artigo 66 da Constituição Estadual, que diz:

*“Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.*

Em que pese a alta relevância do projeto de lei, ambos (projeto de lei e substitutivo geral) ferem o contido no artigo 133, I, parágrafo 1º da Constituição Estadual que diz:

*Art. 133 - Leis de Iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*I - plano plurianual;*

*§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública direta e indireta, abran-*

*gendo os programas de manutenção e expansão das ações de governo.*

**Conclusão**

Assim, diante dos óbices apontados ao projeto de lei e seu substitutivo geral, apresenta-se ilegal e inconstitucional, sendo nosso voto contrário, ao projeto de lei, bem como ao substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 332/2004

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo tratar da rastreabilidade e certificação de produtos vegetais cuja produção seja garantidamente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada.

Foram chamadas a se manifestar as comissões de Constituição e Justiça e a de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul. recebendo dessas, alterações, substanciadas na forma de emendas substitutivas gerais.

Igualmente esta Comissão, seguindo as posições tomadas pelas demais acima citadas, posiciona-se favoravelmente à tramitação da matéria em análise.

Sala das Comissões, em 24.10.2005.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
PROJETO DE LEI Nº 332/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Augustinho Zucchi, trata da rastreabilidade e certificação de produtos vegetais cuja produção seja garantidamente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada.

**Fundamentação**

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou emenda substitutiva geral.

Chamada a opinar a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 332/2004, na forma de emenda substitutiva geral à emenda anterior, em anexo.

Além disso, no aspecto constitucional, legal e regimental nada consta que possa impedir a normal tramitação da proposta, tão somente cabe ao Plenário, o exame do mérito da questão.

**Conclusão**

Isto posto, a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 332/2004, na forma de emenda substitutiva geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 332/2004

Art. 1º Esta lei estabelece normas de biossegurança e mecanismos de fiscalização com vistas a permitir a identificação, a segregação, a rastreabilidade, de plantas, partes de plantas, sementes e produtos derivados de organismos geneticamente modificados, a convivência entre sistemas de produção e a não contaminação da agricultura convencional e orgânica ou agroecológica.

Parágrafo Único. Para fins desta lei, considera-se:

I - Organismo Geneticamente Modificado - OGM: organismo cujo material genético - ADN/ARN tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética;

II - Rastreabilidade: mecanismos que permitem identificar a origem, o histórico do processamento, a distribuição e a localização do produto, desde o campo até o consumidor, podendo ter sido, ou não, transformado ou processado;

III - Segregação: mecanismo que permite a separação da produção, de modo a garantir sua diferenciação qualitativa e a adoção de medidas de segurança cabíveis;

IV - Agricultura Orgânica: a adoção de técnicas específicas, mediante a otimização do uso de recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo como objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possíveis, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente;

V - Agricultura Convencional: sistema de produção agrícola em que não são utilizadas sementes ou plantas geneticamente modificadas;

VI - Agricultura Agroecológica: aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.

Art. 2º O processo de rastreabilidade a que se refere esta lei envolve a identificação, a segregação e a rotulagem no cultivo, produção, transporte, armazenamento, comercialização, consumo e descarte no meio ambiente de plantas, partes de plantas e produtos deriva-

dos de organismos geneticamente modificados, embalados ou a granel ou *in natura*, que contenham ou sejam produzidos a partir de plantas geneticamente modificadas.

Parágrafo Único. A verificação da presença de OGM no produto será efetuada com base na quantificação do ácido desoxirribonucleico - ADN inserido ou da proteína resultante da modificação genética, por método conforme procedimentos estabelecidos na regulamentação desta lei.

Art. 3º A rastreabilidade prevista nesta lei e em sua regulamentação tem por objetivo assegurar:

I - a informação aos consumidores, nos termos da Lei nº 8078/90 e sua regulamentação;

II - a informação e o controle da origem e dos processos de produção de todos os envolvidos na cadeia produtiva;

III - o monitoramento dos efeitos dos alimentos geneticamente modificados ou contendo organismos geneticamente modificados na saúde humana e animal, a médio e longo prazo;

IV - a convivência entre os diversos sistemas de produção;

V - a não contaminação da produção orgânica;

VI - a não contaminação da produção agroecológica;

VII - a não contaminação da produção convencional.

§ 1º Os procedimentos relativos à fiscalização da produção, transporte, armazenamento, comercialização e rastreabilidade dos produtos referidos no artigo 2º serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo, no prazo definido por esta lei.

§ 2º Caberá às Secretarias Estaduais de Agricultura e Abastecimento - SEAB, Meio Ambiente - Sema, Saúde - Sesa e Justiça - Seju, adotar medidas cautelares e procedimentos que se demonstrem indispensáveis ao atendimento dos objetivos desta lei, conforme regulamento.

Art. 4º As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado que produzam, transportem, comercializem, armazenem, importem ou exportem produtos geneticamente modificados ou derivados, ficam obrigadas a promover a regularização de acordo com os critérios a serem estabelecidos na regulamentação desta lei.

Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Comissão Técnica Estadual de Biossegurança - CTEBio, órgão técnico multidisciplinar de caráter consultivo e de assessoramento vinculado ao Poder Executivo, com competência para:

I - acompanhar o desenvolvimento técnico e científico da biossegurança;

II - propor critérios relativos aos mecanismos de rastreabilidade;

III - assessorar e subsidiar o Poder Executivo nas medidas referentes à biossegurança;

IV - apoiar tecnicamente os órgãos competentes no processo de prevenção e investigação de acidentes e de enfermidades, verificados no curso dos projetos e das atividades com técnicas envolvendo organismos geneticamente modificados;

V - prestar informações e esclarecimentos técnicos sobre biossegurança;

VI - propor a realização de estudos e pesquisas científicas no campo da biossegurança de organismos geneticamente modificados;

VII - elaborar o seu regimento interno.

Art. 6º A Comissão Técnica Estadual de Biossegurança - CTEBio será composta de dezessete membros titulares e suplentes, nomeados por ato do Governador, a partir da indicação dos órgãos de origem:

I - dois representantes da Secretaria da Ciência e Tecnologia;

II - dois representantes da Secretaria da Saúde;

III - dois representantes da Secretaria da Agricultura;

IV - dois representantes da Secretaria do Meio Ambiente;

V - dois representantes da Secretaria da Justiça;

VI - dois representantes da Secretaria da Indústria e Comércio;

VII - um representante do Ministério Público;

VIII - um representante da Embrapa;

IX - um representante do Iapar;

X - um representante do IAP;

XI - um representante do Procon-PR.

Art. 7º Os agricultores, os criadores de animais, os transportadores, os armazenadores, os importadores, os exportadores, os comerciantes, os processadores e as indústrias alimentícias respondem solidariamente, independentemente da existência de culpa, pelas informações sobre a origem das plantas, partes de plantas e produtos derivados de organismos geneticamente modificados voltados ao consumo animal e humano, inclusive produtos de origem animal usados na alimentação humana.

Art. 8º Os ônus decorrentes da aplicação desta lei e a adoção de medidas de rastreabilidade serão exclusivos dos agricultores, dos criadores de animais, dos transportadores, dos armazenadores, dos importadores, dos exportadores, dos comerciantes, dos processadores e das indústrias alimentícias que produzirem plantas, partes de plantas e alimentos geneticamente modificados, embalados ou a granel ou *in natura*, que contenham ou sejam produzidos a partir de Organismos Geneticamente Modificados - OGM.

Art. 9º A fiscalização do cumprimento desta lei e de sua regulamentação será exercida pelos órgãos competentes das Secretarias Estaduais de Agricultura, Abastecimento - SEAB, Meio Ambiente - Sema, Secretaria da Saúde - Sesa e Secretaria da Justiça - Seju.

Art. 10. As penalidades pelo descumprimento desta lei, sem prejuízo das demais punições previstas na legislação brasileira aplicável, serão:

I - multa;

II - apreensão;

III - interdição de lavouras;

IV - embargo de atividade;

V - perda ou restrição de incentivo e benefícios fiscais concedidos pelo governo;

VI - perda ou suspensão da participação em linha de financiamento em estabelecimento oficial de crédito;

VII - cassação do cadastro ou do registro;

VIII - demais sanções administrativas e penais previstas nos artigos 56 e 66 da Lei 8078/90, no que for cabível.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

JUSTIFICATIVA:

A publicação da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005), na data de 28.03.2005 traz uma série de implicações concretas à cadeia produtiva, principalmente no que se refere à cadeia produtiva da soja.

Destacamos especialmente as implicações decorrentes dos seguintes artigos:

*Art. 30. Os OGM que tenham obtido decisão técnica da CTNBio favorável à sua liberação comercial até a entrada em vigor desta lei poderão ser registrados e comercializados, salvo manifestação contrária do CNBS, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta lei.<sup>1</sup>*

*Art. 35. Ficam autorizadas a produção e a comercialização de sementes de cultivares de soja geneticamente modificadas tolerantes a glifosato registradas no Registro Nacional de Cultivares - RNC do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.*

A Lei nº 11.105/2005 revoga ainda os artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10814, de 15 de dezembro de 2003, que se transcrevem a seguir:

---

1.A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança aprovou a comercialização de sementes de algodão geneticamente modificada da variedade Bollgart, e a importação de 15 toneladas de milho geneticamente modificado.

*Art. 5º Ficam vedados o plantio e a comercialização de sementes relativas à safra de grãos de soja geneticamente modificada de 2004.*

*Art. 6º Na comercialização da soja colhida a partir das sementes de que trata o artigo 1º, bem como dos produtos ou ingredientes dela derivados, deverá constar, em rótulo adequado, informação aos consumidores a respeito de sua origem e da presença de organismo geneticamente modificado, sem prejuízo do cumprimento das disposições da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, e conforme disposto em regulamento.*

*Art. 7º É vedado às instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR aplicar recursos no financiamento da produção e plantio de variedades de soja obtidas em desacordo com a legislação em vigor.*

*Art. 8º O produtor de soja geneticamente modificada que não subscrever o Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta de que trata o artigo 3º, ficará impedido de obter empréstimos e financiamentos de instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, não terá acesso a eventuais benefícios fiscais ou creditícios e não será admitido a participar de programas de repactuação ou parcelamento de dívidas relativas a tributos e contribuições instituídos pelo Governo Federal.*

*§ 1º Para efeito da obtenção de empréstimos e financiamentos de instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, o produtor de soja convencional que não estiver abrangido pela Portaria de que trata o artigo 4º desta lei, ou não apresentar notas fiscais de sementes certificadas, ou certificação dos grãos a serem usados como sementes, deverá firmar declaração simplificada de "Produtor de Soja Convencional".*

*§ 2º Para os efeitos desta lei, soja convencional é definida como aquela obtida a partir de sementes não geneticamente modificadas.*

*Art. 9º Sem prejuízo da aplicação das penas previstas na legislação vigente, os produtores de soja geneticamente modificada que causarem danos ao meio ambiente e a terceiros, inclusive quando decorrente de contaminação por cruzamento, responderão, solidariamente, pela indenização ou reparação integral do dano, independentemente da existência de culpa.*

*Art. 10. Compete exclusivamente ao produtor de soja arcar com os ônus decorrentes do plantio autorizado pelo artigo 1º desta lei, inclusive os relacionados a eventuais direitos de terceiros sobre as sementes, nos termos da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003.*

*Art. 16. Aplica-se a multa de que trata o artigo 7º da Lei nº 10.688, de 13 de junho de 2003, aos casos de descumprimento do disposto nesta lei e no Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta de que trata o artigo 3º desta lei, pelos produtores alcançados pelo artigo 1º.*

Neste novo cenário jurídico, em que pesem os questionamentos judiciais que a nova lei sofrerá, algumas

providências necessitam ser tomadas no sentido da proteção dos produtores que pelas mais variadas razões, querem continuar a cultivar sementes convencionais e ainda dos agricultores que tradicionalmente realizam melhoria de suas sementes orgânicas ou agroecológicas, alcançando, inclusive, diferenciais de preço.

Nesse sentido, o poder público precisa regulamentar questões como a segregação, a rotulagem e identificação e as normas de convivência entre as lavouras convencionais e transgênicas.

A necessidade de uma legislação que adequadamente regule estas questões é justificada principalmente, por três questões centrais: a necessidade de cumprir a legislação federal no que tange à rotulagem dos produtos geneticamente modificados (Decreto 4680/2003); a necessidade de proteger a produção convencional, orgânica ou agroecológica da contaminação transgênica e, por fim, adequar a produção às normas do Protocolo de Cartagena, ratificado pelo Brasil e que estabelece as obrigações referentes ao dever de prestar informações sobre a natureza dos produtos, já que qualquer país que exportar produtos ou insumos (sobretudo sementes) geneticamente modificados deve informar suficientemente o importador, providenciando documentos de identificação, para que este tome uma decisão consciente, em especial se houver liberação no meio ambiente.

Atendendo a estas questões centrais, propõe-se um projeto de lei que regule e oriente a política estadual referente à segregação e à rastreabilidade da produção, com objetivo de assegurar: a informação aos consumidores, nos termos da Lei nº 8078/90 e sua regulamentação; a informação e o controle da origem e dos processos de produção de todos os envolvidos na cadeia produtiva; o monitoramento dos efeitos dos alimentos geneticamente modificados ou contendo organismos geneticamente modificados na saúde humana e animal a médio e longo prazo; a convivência entre os diversos sistemas de produção; a não contaminação da produção orgânica; a não contaminação da produção agroecológica e a não contaminação da produção convencional.

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2005, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, alterando a Lei nº 13.400, de dezembro de 2001, que dispõe sobre atendimento em instituições bancárias, financeiras, de créditos e supermercados. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2005, de 09.05.2005, em Projetos de Lei, pag. 18).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 260/2005

### P A R E C E R :

#### Mérito

O projeto de lei em análise, altera os artigos 2º e 3º da Lei Estadual nº 13.400/2001, objetivando, de acordo

com sua justificativa, viabilizar uma proteção mais eficaz para o consumidor.

A idade mínima para o atendimento preferencial nos caixas das instituições bancárias, financeira e de crédito, bem como nos supermercados, passa de 65 anos para 60 anos de idade, e o projeto inova ao estabelecer que o atendimento de todos os clientes deverá ser realizado mediante o sistema de senha numérica. As senhas deverão indicar, obrigatoriamente, a data do atendimento, bem como o horário de chegada do cliente na agência. A alteração visa viabilizar uma fiscalização mais eficaz.

Além disso, o projeto de lei torna a punição dos infratores mais severa e permite a inclusão dos seus nomes em “cadastro de reclamações fundamentais”, de acordo com as normas previstas no Decreto nº 2.181/97 e na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

#### **Constitucionalidade**

Sob o ponto de vista da constitucionalidade do projeto, o assunto deve ser analisado sob o prisma do disposto no Título III, Capítulo II da Constituição Federal/88.

Nesta sentida, o artigo 24, VIII da Constituição Federal/88 estabelece o seguinte:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.*

Pois bem, o propósito do nobre Deputado José Domingos Scarpellini nada mais é do que fixar a responsabilidade das pessoas jurídicas mencionadas no projeto diante de eventual dano causado a seus consumidores, objetivando o atendimento destes em tempo razoável.

Só isto já bastaria para concluir pela constitucionalidade do projeto de lei em tela. Contudo, ele não se limita à defesa dos direitos dos consumidores em geral. Sua abrangência aumenta significativamente quando reduz de 65 para 60 anos a idade mínima para o atendimento preferencial nos caixas dos fornecedores mencionados, além de manter o atendimento preferencial para portadores de deficiência física, gestantes e pessoas com crianças no colo, já estabelecido pela Lei nº 13.400/2001.

Neste sentido, cumpre destacar o disposto no *caput* do artigo 230 da Constituição Federal/88, a seguir transcrito:

*Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.*

Diante do exposto, só nos resta concluir pela constitucionalidade do projeto, não só por ser competência do Estado legislar sobre a responsabilidade por danos causados ao consumidor, como também por ser uma imposição da Lei Maior a defesa da dignidade e do bem-estar dos idosos.

#### **Legalidade**

Quanto à legislação infraconstitucional, o projeto é inteiramente adequado ao Código de Defesa do Consu-

midor. O CDC define como consumidores os clientes das pessoas jurídicas mencionadas no projeto de lei (artigo 1º); por sua vez, as pessoas jurídicas são definidas como fornecedores (artigo 2º). Pois bem, se tratarmos de fornecedor e consumidor, a Assembleia é competente para legislar sobre a responsabilidade por danos ocorridos na relação de consumo existente entre eles.

Além disto, o projeto também é adequado ao Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos de idade.

Sobre o assunto, destacamos o disposto no artigo 3º, parágrafo único, I da Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso, a seguir transcrito:

*Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.*

*Parágrafo Único. A garantia de prioridades compreende:*

*I - atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviço à população.*

Para finalizar quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Assim sendo somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI Nº 260/2005

P A R E C E R :

#### **Relatório**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, tem por finalidade alterar a Lei nº 13.400, de dezembro de 2001, que dispõe sobre atendimento em instituições bancárias, financeiras, de crédito e supermercados.

#### **Fundamentação**

Tal iniciativa já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão de Direitos Humanos, chamada a opinar, conclui que a propositura pretende atender à solicitação do Procon, visando melhor aplicação da Lei nº 13.400, viabilizando uma proteção mais eficaz para o consumidor.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.10.2005.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre a insenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos para cargos públicos aos doadores de sangue e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 064/2005, de 22.06.2005, em Projetos de Lei, pag. 10).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 404/2005

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O projeto de autoria do Deputado Delegado Bradock, ora em análise, tem o condão de isentar os doadores de sangue das taxas referentes à inscrição de concursos públicos, para preenchimento de vagas como servidores públicos, desde que atendidos os requisitos da lei.

**Legitimidade**

A Constituição Estadual assim assegura:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

*VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;*

*IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade;*

Dessa maneira, a instituição de uma isenção, para os casos determinados por esse projeto de lei, dotado de orçamento próprio para o concurso, tem senão legitimidade para a propositura dessa proposta.

**Mérito**

Vale dizer ainda, o termo “preenchimento de cargos públicos” utilizado pelo legislador no seu artigo primeiro, remete-se tecnicamente à função específica no quadro dos servidores públicos, desvirtuando-se do espírito da lei, o qual seja, privilegiar todos os concursandos os quadro de servidores públicos do Estado, e não somente ao preenchimento de cargos públicos. Vejamos senão a diferença.

A Constituição de 1988, na seção II do capítulo concernente à Administração Pública, emprega a expressão “Servidores Públicos” para designar as pessoas que prestam serviços, com vínculo empregatício, à Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas.

Isso implica em dizer que “servidor público” é expressão empregada ora em sentido amplo, para desig-

nar todas as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício, ora em sentido menos amplo, que exclui os que prestam serviços às entidades com personalidade jurídica de direito privado. (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella - Direito Administrativo - 18ª Edição - ED. Atlas, pg. 446, 447, 448.)

Diante de tal esclarecimento, digo ainda, que os exercentes de cargos públicos somente são os servidores estatutários, estabelecidos por lei própria, e o fazem mediante vínculo com o Estado, tratando-se de uma categoria específica dos servidores públicos.

Por esse motivo, sugiro a emenda modificativa ao projeto ora em análise, conforme os artigos 136 e 137 do Regimento Interno desta Casa.

**Conclusão**

Desse modo, e na forma da emenda modificativa em anexo conforme o Regimento Interno desta Casa, desde que atendido, o projeto sana o vício quanto à técnica legislativa, passando a estar em conformidade com a Lei Complementar nº 95/98, e trazer à tona seu real entendimento. Quando à Lei Complementar nº 101/2000, o projeto apresenta dotamento orçamentário autônomo, previsto para o próprio concurso.

Nesse sentido, é senão constitucional o projeto ora em questão, por apresentar-se em perfeita sintonia com a legitimidade da propositura, do interesse e da técnica legislativa.

Pelo exposto, o parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa, conforme emenda anexa.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 404/2005

O artigo acrescido, conforme os artigos 136 e 37, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa, passa a vigorar da seguinte maneira:

*Art. 1º Fica o doador de sangue dispensado do pagamento de taxa de inscrição em concurso para o preenchimento do quadro de servidores públicos do Estado do Paraná.*

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 404/2005

**P A R E C E R :****Relatório**

O presente projeto de lei de iniciativa do nobre Deputado Delegado Bradock, dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos para cargos

públicos aos doadores de sangue e adota outras providências.

A finalidade desta medida é isentar os doadores de sangue das taxas referentes à inscrição de concursos públicos, para preenchimento de vagas como servidores públicos, desde que atendidos os requisitos da lei.

#### **Voto do Relator e Fundamentação**

O objetivo deste projeto de lei é estimular as doações de sangue em nosso Estado, oferecendo como estímulo a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos para o preenchimento de cargos públicos.

A proposta do nobre Deputado Delegado Bradock, sem dúvida irá estimular pessoas a realizar doação de sangue. Ao mesmo tempo dará chance a pessoas, sem recursos financeiros, concorrer a uma vaga no serviço público.

Desta maneira, a instituição de uma isenção, para os casos determinados por este projeto de lei, dotado de orçamento próprio para o concurso, tem legitimidade para a proposição desta proposta.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 404/2005, de iniciativa do Deputado Delegado Bradock, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### **Aprovado.**

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, um dos primeiros projetos que fiz nesta Casa foi exatamente um que pedia isenção de taxas de inscrição de concursos públicos para desempregados. O Governador vetou o projeto que aqui foi mantido.

Quero cumprimentar o Deputado Bradock e esperar que seu projeto não seja vetado, porque está pedindo isenção de taxa de inscrição de concursos públicos, para doadores de sangue. E no parecer do projeto vetado dizia que era evasão de receita. Naquela época a CCJ deu pela legalidade e constitucionalidade.

Acho importante fazer este comentário e este registro, que foi uma das primeiras preocupações desta Deputada, mas foi vetado pelo Governador.

Parabéns, Deputado! Espero que não seja vetado seu projeto.

Muito obrigada!

#### **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra de Santo Antônio da Platina, com sede e foro no município de Santo Antonio da Platina. PARECER FAVORÁVEL

DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2005, de 08.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 18).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 458/2005**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra de Santo Antônio da Platina, com sede e foro no município de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, alterando o artigo 1º, da Lei nº 10258, que declarou de Utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural, de Ortigueira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/2005, de 23.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 17).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 499/2005**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem como objetivo alterar a denominação de fundação já legalmente declarada de Utilidade Pública.

#### **Constitucionalidade e Legalidade**

Cabe ressaltar, preliminarmente, que a fundação em questão continua de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, cumprindo requisitos para a declaração de Utilidade Pública a uma instituição. No entanto, o que pretende o projeto de lei em tela é a mudança na denominação da fundação já declarada de utilidade pública.

Assim sendo, esta análise técnica se aterá aos requisitos de mudança de denominação de fundação, bem como mudança de estatuto, de acordo com a legislação civil vigente.

Nesse sentido, dispõe a Lei Federal nº 10406 de 2002 - Código Civil:

*Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:*

*I - seja deliberada por dois terços dos componentes para gerir e representar a fundação;*

*II - não contrarie ou desvirtue o fim desta.*

É evidente o preenchimento desses dois requisitos à mudança do estatuto.

Ressalta-se, ainda, que essa análise encontra respaldo em parecer (nº 070/2005, anexo) do Ministério Público Estadual no que toca à mudança de estatuto da referida fundação, analisando a boa-fé e a legalidade do ato.

Nesse contexto, este parecer é pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Produtores da Linha Guaçu, com sede no município de Quatro Pontes e foro na comarca de Marechal Cândido Rondon. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 088/2005, de 29.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 09).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 510/2005

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Produtores da Linha Guaçu, com sede no município de Quatro Pontes e foro na comarca de Cândido Rondon/PR.

### Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, instituindo o Selo de Qualidade Paraná para certificar produtos exportados pelos portos de Paranaguá e Antonina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 098/2005, de 19.09.2005, em Projetos de Lei, pag. 08).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 569/2005

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva criar o Selo de Qualidade Paraná, a ser expedido por entidade certificadora a ser contratada pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, para os produtos agropecuários e florestais a serem exportados por esses portos.

### Fundamentação

Com relação à competência, determina o artigo 24, V, da Constituição Federal:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*V - produção e consumo;*

A Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor, dispõe em seu artigo 55:

*Art. 55. A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.*

Este projeto, portanto está de acordo com a disposição constitucional e o Código de Defesa do Consumidor.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Desta forma, em sede de parecer opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 584/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, declarando de Utilidade Pública a Fundação Nadar, com sede e foro no município de Colombo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2005, de 26/09/2005, em Projeto de Lei, pag. 15).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 584/2005

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Antonio Anibelli, pretende declarar de Utilidade Pública a Fundação Nadar, com sede e foro no município de Colombo-PR.

### Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por



estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 610/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública a Associação Hospitalar Beneficente Nova Saúde, com sede e foro no município de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 107/2005, de 04/10/2005, em Projeto de Lei, pág. 09).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 610/2005

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública a Associação Hospitalar Beneficente Nova Saúde, com sede e foro no município de Palmeira -PR.

##### Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 622/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Associação Evangélica Monte Muriá - Aemon, com sede no município de Mauá da Serra e foro no município de Marilândia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 110/2005, de 10/10/2005, em Projeto de Lei, pág. 02).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 622/2005

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Cesar Seleme, declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Monte Muriá - Aemon, com sede no município de Mauá da Serra e foro no município de Marilândia do Sul-PR.

##### Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 623/2005, de autoria do Deputado Ailton Araújo, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária El-Shadai, com sede e foro no município de Missal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 110/2005, de 10/10/2005, em Projeto de Lei, pág. 03).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 623/2005

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ailton Araújo, pretende declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária El-Shadai, com sede e foro no município de Missal-PR.

##### Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 623/2005

Passa o Projeto de Lei nº 623/2005 a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária El-Shadai, com sede no município de Missal e foro no município de Medianeira-PR.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declarando de Utilidade Pública a Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção, com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/2005, de 11/10/2005, em Projeto de Lei, pág. 04).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 628/2005

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção, com sede e foro no município de Ponta Grossa-PR.

##### Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 670/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a constituir consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, em empreendimentos de geração de energia elétrica, localizados no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 120/2005, de 31/10/2005, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 670/2005

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autoriza o Poder Executivo a constituir consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, em empreendimentos de geração de energia elétrica, localizados no Estado do Paraná, com o objetivo de participar de leilão de concessões dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica.

##### Fundamentação:

Primeiramente, cabe conceituar o consórcio a que se pretende celebrar.

Consórcio é uma reunião de pessoas físicas e/ou jurídicas, em grupo fechado, promovida pela administradora, com a finalidade de propiciar a seus integrantes a

aquisição de bem, conjunto de bens ou serviço turístico por meio de autofinanciamento.

O grupo de consórcio é uma sociedade de fato, autônoma, com patrimônio próprio, constituído na data da realização da primeira assembléia geral ordinária.

Assim sendo, a nossa Constituição Estadual prescreve, em seu artigo 87, inciso XX, que compete privativamente ao Governador do Estado, mediante autorização da Assembléia Legislativa, agir da maneira que se pretende com a celebração do consórcio. Assim dispõe:

*Art. 87. Compete privativamente ao Governador:*

*(...)*

*XX - mediante autorização da Assembléia Legislativa, subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde que haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresas públicas, bem como dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.*

Ante o exposto, verificamos que compete privativamente ao Governador do Estado institui tal consórcio. No entanto, torna-se imprescindível a autorização legislativa da Assembléia como faz o projeto ora analisado.

##### Conclusão:

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais. Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma de emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 670/2005

O artigo 4º do supra citado projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Caso o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou de subsidiária integral desta, julgue conveniente aos objetivos visados, poderá admitir no consórcio e na sociedade de propósito específico com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º desta lei, a participação de empresa privada, mediante prévia autorização legislativa, desde que a Companhia Paranaense de Energia - Copel, ou sua subsidiária integral, continue participando majoritariamente em ambos.”

Sala das Comissões, em 07.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoioamento:

Reni Pereira.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 670/2005

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente plano de lei é da lavra do nobre Deputado Hermas Brandão, que objetiva autorizar o Poder Executivo a constituir consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, em empreendimentos de geração de energia elétrica, localizados no Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável, com emenda modificativa.

**Conclusão**

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verifica que o projeto em tela não encontrou nenhum impedimento quanto à normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável ao encaminhamento ao Plenário para a decisão finalística da presente proposta contida no Projeto de Lei nº 670/2005.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, entendo que esse projeto é inconstitucional por ser de iniciativa do Poder Legislativo. Indago a V. Exa.: aceita que fique nos Anais da Casa o nosso parecer em relação a esse projeto? V. Exa. aceita que entre como lido o meu parecer?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há um parecer da CCJ pela sua constitucionalidade. V. Exa. tem todo direito de votar contrário ao referido projeto. Dou por lido o parecer de V. Exa.

**Aprovado.**

**Discussão Única (Indicações)**

**ITEM 21**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 066/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, sugerindo a execução pela Secretaria de Estado da Educação, de um programa de trabalho multidisciplinar, com vistas a aumentar a auto-estima dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 117/2005, de 25/10/2005, em Indicações, pág. 04).**

**Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa Requerimento nº 3433, de autoria dos Srs. Deputados Marcos Isfer, Ratinho Júnior, Arlete

Caramês e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelos Autores.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, gostaria de pedir a compreensão dos nobres Deputados e ao autor do requerimento, porque o Secretário Cláudio Xavier passa por um momento difícil, com um membro de sua família no hospital, há dias, e tenho conversado com ele. Imagino que seria até desagradável, neste momento este requerimento, e pediria a compreensão dos nobres Deputados para que pudessem retirá-lo.

Amanhã mesmo vou conversar com o Secretário, se conseguir, e pedir a ele que venha à Assembléia ou então marcar uma outra data, porque pela forma da lei se convocar o Secretário, dependendo do prazo, tem que vir de imediato. Então, em função da situação que chegou neste momento o problema de saúde da sua família, se pudesse contar com a compreensão dos nossos Deputados e marcar uma outra data, eu agradeceria, em nome do Governo.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Naturalmente que nós, não só pelo lado humano, mas principalmente pelo lado da amizade, entendemos. Não tinha conhecimento dessa notícia, confesso, embora o conheça bem e mantenha laços de boa amizade, não tinha conhecimento disso.

Retiro da forma como está colocado, mas gostaria, Deputado Dobrandino, que nós chamássemos então o Diretor-Geral, juntamente com o Promotor de Ponta Grossa, para que os dois, na mesma data, viessem a esta Casa. É muito importante em função das afirmações, inclusive do pedido do Promotor Fuaf Faraj, que inclusive diz que seria o caso de uma intervenção federal no Governo do Estado em virtude do que se passa na área de saúde.

Eu compreendo, relevo, naturalmente aceito, retiro em nome de toda Bancada do PPS essa convocação feita ao Secretário, mas desde já peço a V. Exa. que, por obséquio, nós possamos, na semana que vem, trazer o Diretor-Geral que, também pode dar explicações técnicas. É isso que desejamos porque a situação da saúde paranaense tem sido alvo de crítica permanente pelos órgãos da imprensa. Queremos discutir esse assunto, queremos debater, queremos ver em que podemos ajudar.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Eu agradeço, nobre Deputado...

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

Eu firmei o requerimento junto com a Bancada do PPS por se tratar, especificamente, do problema da saúde do Paraná e, em especial, pela morte periódica de crianças na região dos Campos Gerais. Eu aceito rever, por

problemas pessoais do Secretário Cláudio Xavier, mas peço para se fazer presente, na mesma data e da mesma forma, o Secretário Geral da Secretaria e o Sr. Gilberto Martins, porque ele tem feito pronunciamento mostrando a situação da Secretaria, inclusive no dia de hoje tem, na Gazeta do Povo, um dos jornais do Estado do Paraná, a foto do Secretário com os seus dois assessores debatendo essa situação.

Então, peço para que os dois possam se fazer presentes neste entendimento e conversa que vão ter com o Ministério Público, com o Promotor Fuad Faraj.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Eu agradeço aos nobres Deputados, principalmente ao Deputado Marcos Isfer, e com certeza teremos a presença do Diretor-Geral da Secretaria da Saúde e do Gilberto Martins, que também tem uma influência muito grande, para poder dar explicações a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

**Houve a retirada do requerimento.**

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Gostaria de pedir, oficialmente, a V. Exa, Sr. Presidente, já que fomos signatários nesta Casa com mais de vinte assinaturas a instalação ou indicação dos nomes.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu ia fazer a solicitação no final da Sessão.

Requerimentos nºs 3452 e 3453, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3458, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3461, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3464, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3465 a 3468 e 3480, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3470, 3472 e 3473, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3473 e 3476, de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3477 e 3492 de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3478, 3479 e 3490, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3482, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3483 a 3486, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3487 e 3488, de autoria dos Srs. Deputados Jocelito Canto e Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3491, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, com apoio dos Srs. Deputados Nereu Moura, Reni Pereira, Natálio Stica e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3493, de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 3494, de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3495, de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3463, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Retirado pela Autora.**

Requerimento nº 3497, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3496, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

#### **EM VOTAÇÃO:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 384/2004; 423, 562 e 563/2005.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 442/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 332/2004; 223, 260, 404, 458, 499, 510, 569, 584, 610, 622, 623, 628 e 670/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 252/2004; 391, 503, 539, 542, 608 e 612/2005; do Projeto de Lei Complementar nº 639/2005; e dos Projetos de Lei nºs 641, 624 e 657/2005.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:****Atas de Comissões<sup>1</sup>****Finanças**

COMISSÃO DE FINANÇAS  
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo e César Seleme. Contando ainda, com a presença dos deputados José Domingos Scarpelini, Hermes Fonseca e Renato Gaúcho. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Duílio Genari, solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 311/05, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a autorização do Poder executivo reduzir o capital subscrito pelo Governo do Estado, na empresa Ambiental Paraná Florestas S/A e a abertura de crédito adicional de igual importância ao vigente orçamento do Estado. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 10:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais as presenças dos seguintes senhores deputados: César Seleme, Carlos Simões, Padre Paulo Campos, Nelson Garcia e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Nelson Garcia solicita a dispensa da leitura da ata anterior, a qual foi deferida e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia:

1. Publicadas em conformidade com original recebido da Secretaria da Comissão.

01) Projeto de Lei nº 217/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui a licença remunerada para fins de transferência para a reserva remunerada do Policial Militar. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 341/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre isenções do ICMS, nas operações internas com o trigo e seus derivados, visando ampliar o acesso da população aos produtos, incentivar o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no Estado do Paraná. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 384/05, de autoria do Tribunal de Justiça, que incorpora as carreiras de servidores do extinto Tribunal de Alçada ao Quadro de Servidores do Poder Judiciário. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 412/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 027/05, que autoriza a abertura de crédito adicional ao Orçamento Geral do Estado, utilizando como recursos a transferência do superávit financeiro do FUNRESTRAN. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 413/05, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os proventos de aposentadoria dos serventuários do Fórum Extrajudicial do Estado do Paraná. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e cinco, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 09:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado José Maria Ferreira e mais as presenças dos seguintes senhores deputados: César Seleme, Nelson Garcia e Padre Paulo Campos. Havendo número legal, o senhor Presidente abriu os trabalhos. O senhor Secretário leu a Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 296/05, de autoria do Deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com o Sistema Integrado de Crédito Cooperativo (SICRED) e com o Sistema de Cooperativas de Créditos do Brasil (SICOB). Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada

será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo, Duílio Genari, José Maria Ferreira e Barbosa Neto. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura das Atas das reuniões anteriores. O Senhor Deputado Duílio Genari, solicita a dispensa da leitura, as quais foram deferidas e aprovadas. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 099/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a divulgação, nos locais que especifica, dos crimes e das penas relativas à prostituição e à exploração sexual da criança ou do adolescente e dá outras providências. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer diligência junto ao autor – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 232/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 15/05, que autoriza o Poder executivo a contratar operação de crédito para financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil – PRODETUR/SUL, conforme especifica. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 262/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 18/05, que objetiva criar cargos de provimento em comissão, com lotação na Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA, conforme especifica. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 471/04, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros, que altera redação e acrescenta dispositivos à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Acrescido do artigo 4º da lei novo parágrafo). Relator Deputado ADEMAR TRAIANO. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 235/05, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre reserva de vagas em estacionamento públicos e particulares, para veículos em que conduzidos por pessoas com idade acima de 60 anos. Relator Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. O Senhor Presidente agradece a presente de todos, solicita ao secretário que comunique a todos os membros da Comissão pela segunda vez, que as reuniões se realizam sempre as quartas-feiras, às 13:45 horas, na sala de reuniões das comissões, e ainda, que os membros que não puderem comparecer as reuniões, que comuniquem com antecedência, sob pena de substituição, após

três ausências injustificadas. Tal medida, se faz necessária em virtude da dificuldade encontrada com relação ao quorum para as reuniões. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
15ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e cinco, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cesar Seleme, Duílio Genari, Padre Paulo, Artagão Júnior, Neivo Beraldin, Ademar Traiano, Tadeu Veneri, Carlos Simões e Barbosa Neto. Havendo número legal, o senhor presidente declarou por aberto os trabalhos, solicitando ao secretário da comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado César Seleme, solicita a dispensa da leitura, a qual foi deferida e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 408/04, de autoria do Deputado Delegado Braddock, que dá nova redação ao Título II, Capítulo I, art. 13, art. 14, § 1º e revoga o § 2º, art. 42, art. 222, passa a ter três parágrafos, altera o artigo 224 e cria dois parágrafos, revoga o § 1º do art. 244 e dá nova redação ao art. 263, todos da Lei Complementar nº 14/82, de 26 de maio de 1982, como suas posteriores alterações e adota outras providências. Relator Deputado NEIVO BERALDIN. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 225/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 014/05, que autoriza o Poder Executivo a instituir programa de residência técnica no âmbito da Secretaria de Estado de Obras e Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção – DECOM, conforme especifica. Relator Deputado ADEMAR TRAIANO. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 053/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 003/05, que objetiva alterar a redação do “caput” do art. 16, da Lei nº 1943, de 23 de junho de 1945, e adota outras providências. (Código da Polícia Militar do Paraná). Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 168/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a realização do exame Ultra-screen nos hospitais e maternidades da rede pública do Estado do Paraná. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 229/05, de autoria do Deputado Luiz Carlos Simões, que autoriza o Governador do Estado a implantar “O Programa de Conscientização e Educação no Trânsito e dá outras providências.

Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 233/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 016/05, que institui o Programa de Recompensa, destinado a estimular a colaboração privada na Segurança Pública, mediante prestação de informações precisas e decisivas na elucidação de fatos investigados pela Polícia, conforme especifica. Relator Deputado CARLOS SIMÕES. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 226/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a criação do Programa de captação de Água da Chuva. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 237/05, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a realização de plebiscito diante de proposta de obras e serviços estaduais de grande vulto. Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 319/05, de autoria do Deputado Plauto Miro Guimarães, que dispõe sobre o fornecimento de energia elétrica com tarifa reduzida em 30% (trinta por cento). Relator Deputado CESAR SELEME. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 78/05, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Programa – Lixo reciclado

na escola, na rede pública. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, COM EMENDA. 11) Projeto de Lei nº 161/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação do “caput” do art. 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como pensionistas do Estado do Paraná. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, COM EMENDA. 12) Projeto de Lei nº 264/05, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 020/05, que objetiva dar nova redação ao § 2º, do art. 1º, da Lei nº 12.975, de 17/11/2000, que extinguiu o quadro de oficiais femininas da Polícia Militar do Estado, conforme especifica. Relator Deputado TADEU VENERI. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

